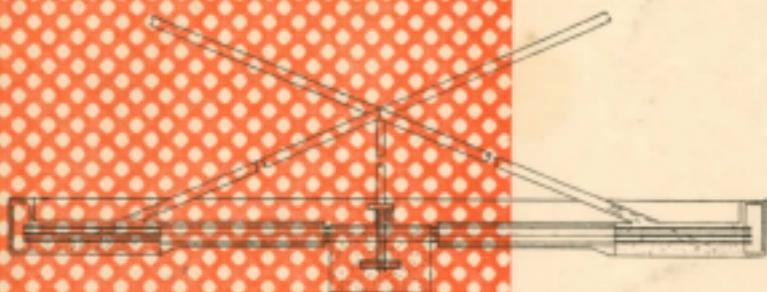


ARQUITECTURA

NESTE NÚMERO:

O III CONGRESSO DA U. I. A.

ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL



PREÇO 10\$00

ARQUITECTURA

R. DR. ALEXANDRE BRAGA, 17 N.º C. E-PORTUGAL-TEL. 4 4778

S U M Á R I O

ARQUITECTURA

Blocos de Habitação. Arqs. Sebastião Formozinho Senches e Ruy de Aloguia	2
Pavilhão em Raleigh. Arqs. Matthew Nowicki e W. H. Dietrich	6
Exposição de Arquitectura Contemporânea Brasi- leira	17

ARTIGOS

O III Congresso da U. I. A. — Conclusões	9
«l'Abri», por Michel Ecochard	15
Arquitectura Contemporânea no Brasil — Wladimir Alves de Sousa	18

SECÇÕES

Ecos e Notícias	24
livros e Revistas	25

ANO XXVI • 2.ª SÉRIE • N.º 53 • NOV.-DEZ. 1954

DIRECTOR: ARO. ALBERTO JOSÉ PESSOA . EDITOR: ARO. JOÃO SIMÕES . PROPRIEDADE DE INICIATIVAS CULTURAIS ARTE E TÉCNICA. I. C. A. T. LDA. - COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: SINTRA-GRÁFICA (A. MEDINA JÚNIOR), AV. HELIODORO SALGADO, 8-10, SINTRA . ADMINISTRAÇÃO: RUA DR. ALEXANDRE BRAGA, 8, 1.º - LISBOA, TELEF. 43367 . GRAVURAS DA FOTOGRAVURA MARTINS & FERREIRA, LDA., RUA DE SÃO TOMÉ, 60, 2.º . ASSINATURAS: PORTUGAL E ESPANHA, 8 NÚMEROS, 54800; 12 NÚMEROS, 100800; ULTRAMAR PORTUGUÊS: 12 NÚMEROS, 120800 . OUTROS PAÍSES, 12 NÚMEROS, 190800; AS ASSINATURAS SÃO PAGAS ADIANTADAMENTE E INICIAM-SE EM QUALQUER NÚMERO . DELEGAÇÃO NO NORTE: ATELIER DOS ARQUITECTOS ARMÊNIO LOBA E CASSIANO BARBOSA, RUA MAGALHÃES LEMOS, 111, 2.º . - PORTO

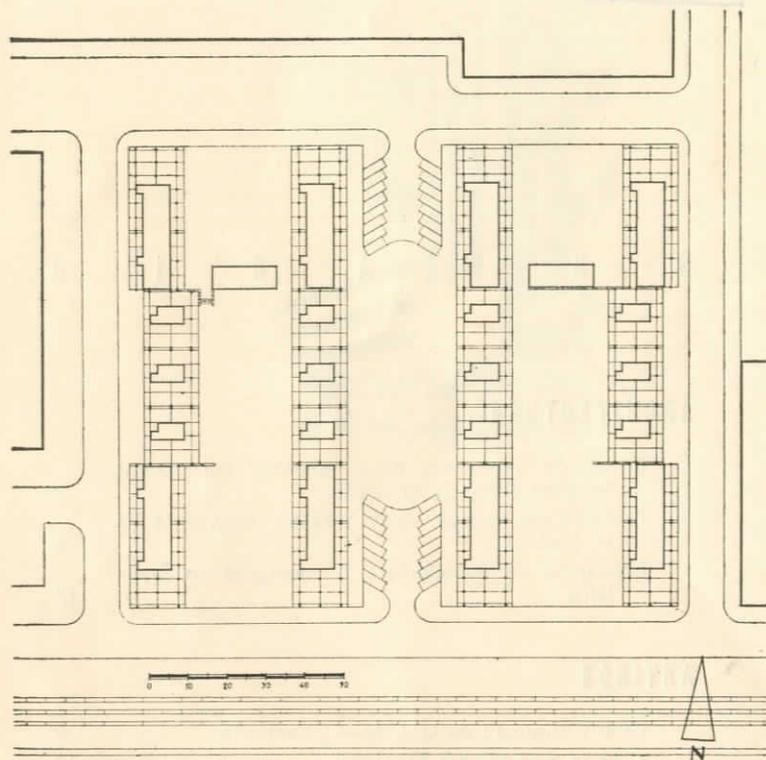
ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

ESTE NÚMERO FOI ORGANIZADO PELOS ARQUITECTOS CELESTINO DE CASTRO E HERNANI GANDRA

BLOCOS DE HABITAÇÃO

NA CÉLULA 8 DO BAIRRO DE ALVALADE — LISBOA

ARQUITECTOS: FORMOZINHO SANCHES E RUY DE ATOUGUIA

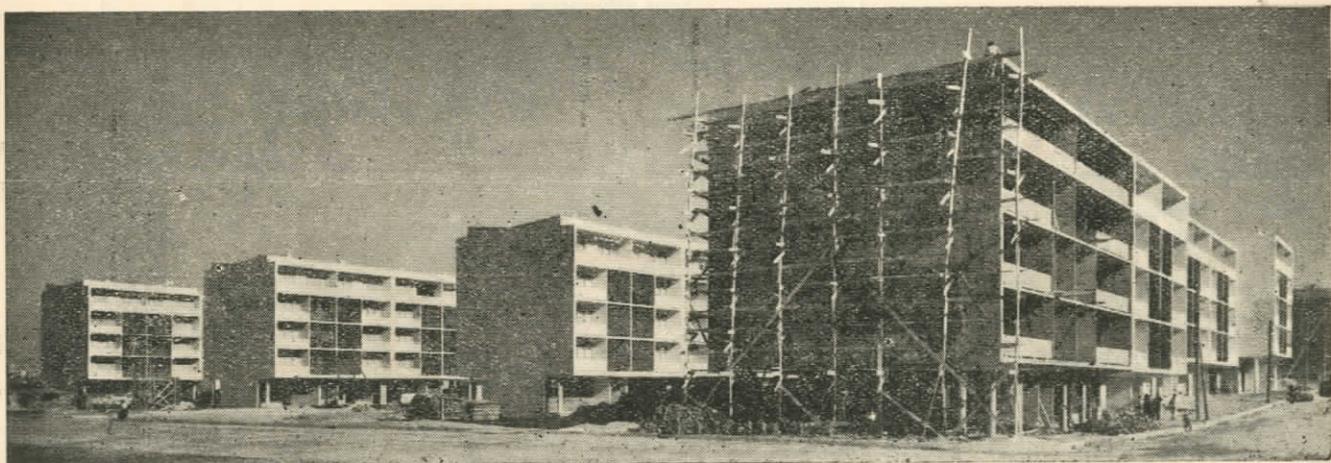


Plano geral de localização

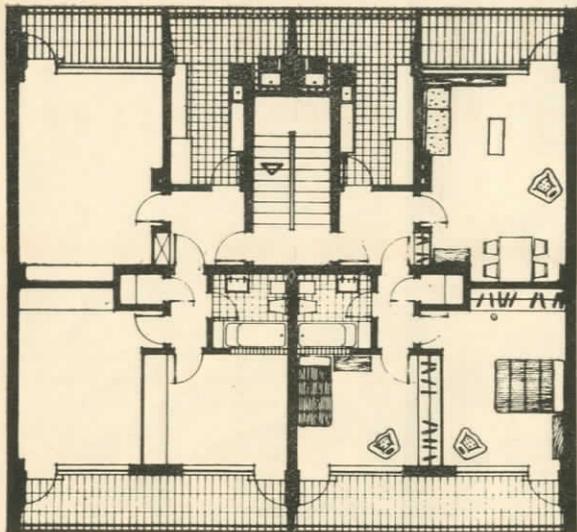
A Câmara Municipal de Lisboa vem prosseguindo na justa orientação de resolver — dentro das possibilidades actuais — o problema do crescimento da cidade, entregando periódicamente a equipas de architectos jovens a resolução architectónica de vários conjuntos habitacionais, previstos no Plano Geral de Urbanização de Lisboa.

A este aspecto de problema referiu-se pormenorizadamente o n.º 45 da nossa Revista, no qual se chamava a atenção para o interesse — como primeiro passo dado — das experiências das avenidas João XXI e Paris e da Praça Pasteur. No entanto, podia, em face desta experiência, verificar-se que:

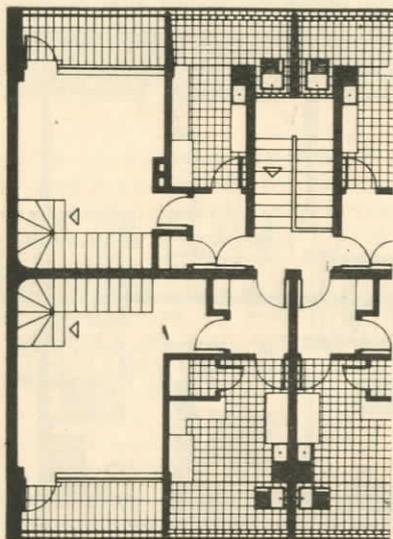
«Deu-se um passo em frente, mas há novos passos a dar, indispensáveis para a dignificação urbanística e architectónica de Lisboa. Um deles é o abandono da concepção tradicional de «rua», quer diferenciando as ruas de trânsito das ruas de habitação, quer libertando os edificios da obrigatoriedade de se alinharem de ambos os lados da rua, encostados, paralelos e simétricos. Uma disposição mais livre, atendendo a vantagens de insolação, de aproveitamento dos espaços e das possíveis vistas é de aconselhar e de experimentar. E uma concentração das habitações em edificios maiores, afastadas, deixando livre e ajardi-



Conjunto

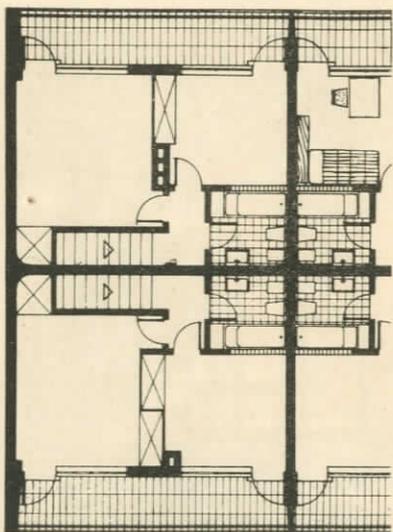


Andar tipo



1.º piso

DUPLEX



2.º piso

nado o terreno adjacente é também um dos novos passos que o Município deveria ensaiar, ainda que a título experimental e com todas as cautelas necessárias para se poderem analisar convenientemente os resultados da experiência».

E é precisamente sob este aspecto que a publicação deste trabalho mereceu da parte da Revista Arquitectura o melhor acolhimento, verificada a circunstância de representar efectivamente mais um passo em frente na solução dos problemas do Urbanismo e da Arquitectura, para os quais os arquitectos vêm dando, desde há muito, a sua contribuição e por eles têm sempre pugnado.

O conjunto está integrado na célula 8 do Bairro de Alvalade, situado a nascente da avenida de Roma—a norte do caminho de ferro—e dista cerca de 2 a 3 minutos de marcha do edifício da da Escola Primária, elemento base da célula.

Fazem ainda parte deste conjunto os edificios que contornam pelo lado norte a rua 54. Estes edificios encontram-se presentemente em construção, não nos tendo sido possível apresentar quaisquer elementos do projecto.

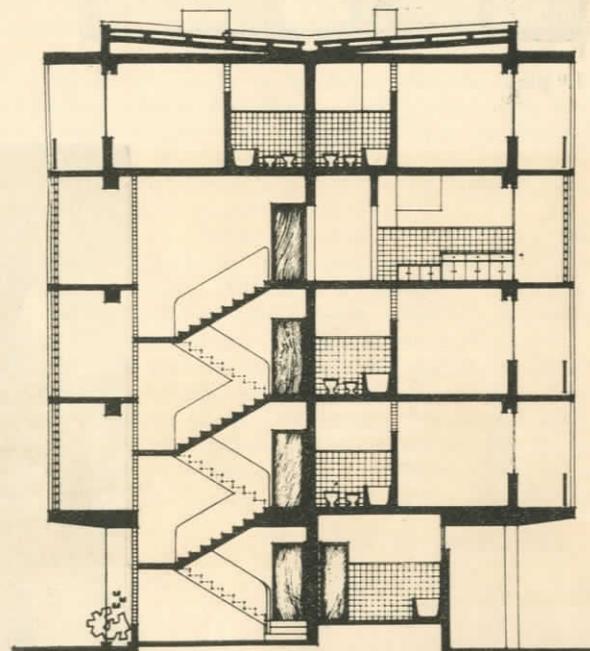
Os arquitectos orientaram os seus planos com base num esquema inicial de urbanismo fornecido pela Câmara, que previa a construção de edificios circundando completamente dois quarteirões.

A solução projectada e construída — aceite pelo Município — transformou os dois quarteirões iniciais num único quarteirão e prevê quatro blocos isolados tendo em atenção os edificios envolventes, a necessidade de prever uma orientação correcta e a possibilidade de libertação do solo, o qual seria destinado exclusivamente a trânsito de peões e zonas ajardinadas publicas. Nestas, prevê a Câmara a colocação de elementos escultóricos.

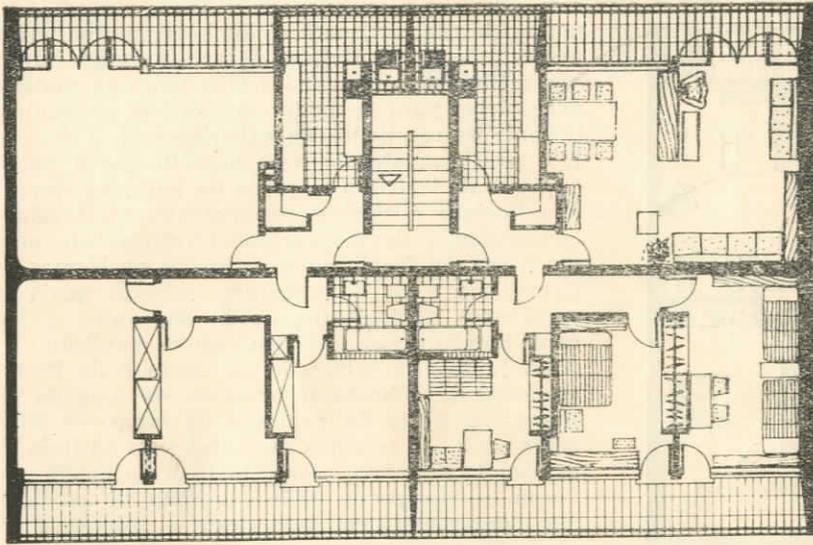
Entre os blocos centrais, dos lados norte e sul, foram previstos dois estacionamentos de auto-

TIPO 2

esc. 1:200

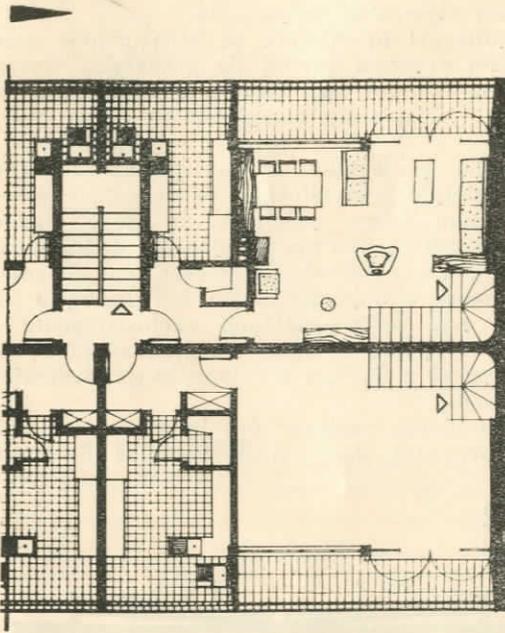


Corte transversal — tipos 2 e 3

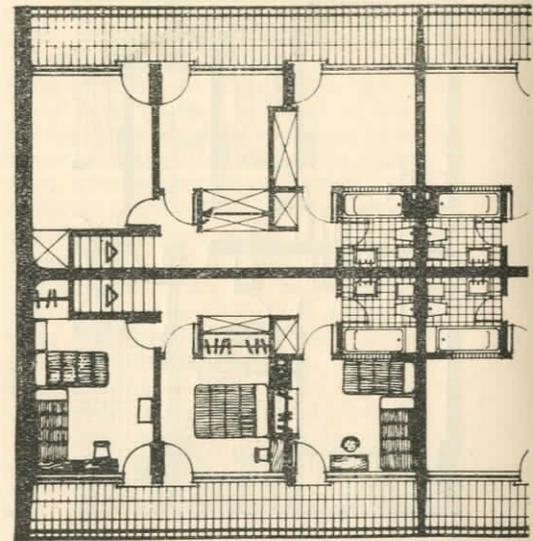


Planta tipo

TIPO 3
esc. 1:200

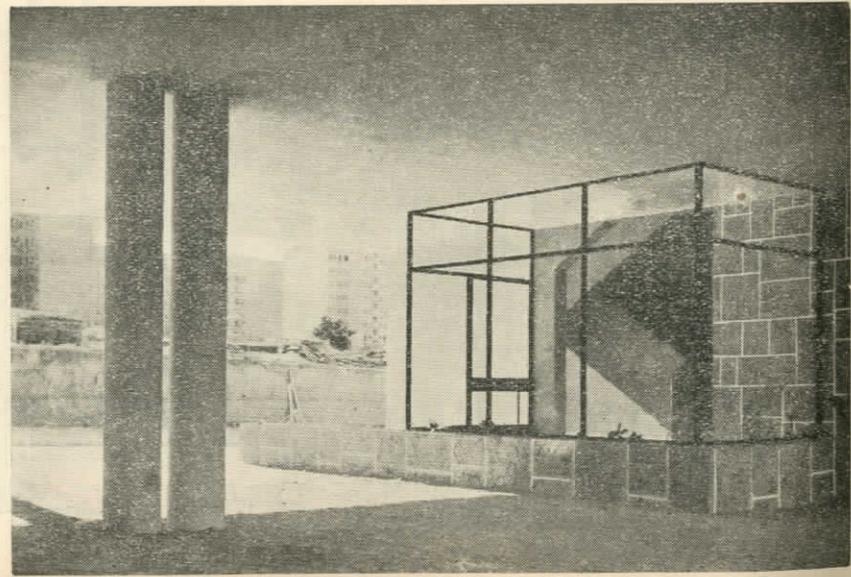


1.º piso



DUPLIX

2.º piso



Entrada para um prédio



Conjunto de um bloco

móveis com capacidade para 16 a 18 carros cada. Qualquer um dos quatro blocos tem as fachadas orientadas a nascente e a poente, e compreende 7 lotes ou prédios; cada prédio abriga 8 habitações, habitação da porteira e 2 estabelecimentos comerciais nos dois lotes de cada topo.

O número total de lotes é de 28 e o de fogos, excluída a porteira, atinge 224. Em relação com a capacidade prevista nos estacionamento verifica-se que a proporção entre o número de carros estacionados e o número total de habitações é pouco mais de $\frac{1}{6}$ destas.

Todos os prédios assentam no solo sobre pilares, deixando a maior parte do terreno (solo) livre, o qual é apenas ocupado com os vestíbulos de entrada, caixas de escada, habitações de porteira e lojas nalguns lotes.

Esta solução permite a livre circulação de peões através de todo o quarteirão sem necessidade de contornar qualquer dos blocos, a criação de ambientes que ultrapassam o espaço limitado entre cada um deles, a criação de zonas de circulação cobertas (ver corte e planta do conjunto), e ainda a criação de espaços livres ajardinados.

O afastamento dos blocos, que nos centrais é de 27 metros e entre os laterais é de 23, não atinge, apesar de tudo, a dimensão que deve ser considerada como mínima, isto é, que a distância entre edifícios não seja inferior a duas vezes a sua altura: neste caso esta é de 15,50 metros.

A falta de intimidade das habitações que advem proximidade de fachadas é um elemento importante que deve ser tido em consideração.

Todos os prédios têm cinco pavimentos; o primeiro ao nível do solo, é ocupado pelos vesti-

bulos, caixas de escada, porteira e lojas e os restantes pisos destinam-se a habitação.

A habitação da porteira está colocada de tal forma que a sua insolação fica bastante prejudicada.

No 2.º e 3.º pisos as habitações foram estudadas num único pavimento, enquanto que nos dois últimos (4.º e 5.º) foram projectadas em dois níveis — sala comum e cozinha no 4.º e os quartos e banho no 5.º piso.

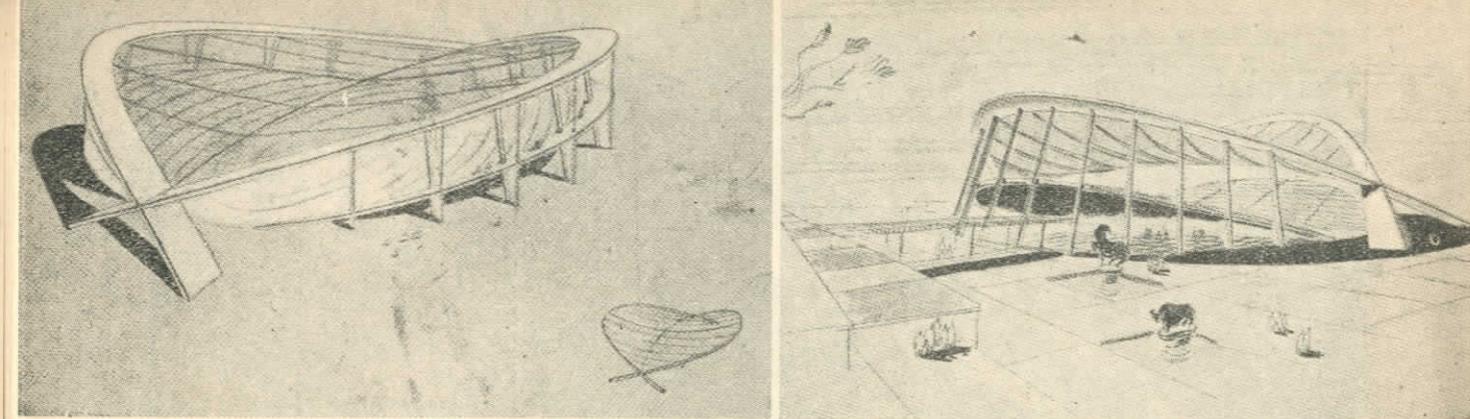
Resulta daqui que a escada de acesso em cada lote vai somente até ao quarto piso (3.º andar), e do 4.º para o 5.º as escadas são privativas das habitações em dois níveis. Esta solução foi encaráda para evitar a colocação de ascensores, e possibilitar um maior aproveitamento da área do quarteirão.

As habitações do 2.º e 3.º pisos atingem as duas fachadas opostas dos lotes — permitindo uma boa ventilação transversal — enquanto que as dos últimos, estão orientadas exclusivamente para nascente ou para poente sem ventilação transversal e sem qualquer protecção contra o Sol.

Dois tipos de habitação foram previstos: um de dois e outro de três quartos, além da sala comum, cozinha, dispensa e banho. O primeiro foi agrupado nos cinco lotes centrais de cada bloco e o último nos lotes extremos.

Qualquer destes tipos dispõe de varandas tanto na zona de dormir como na zona de estar e cozinha. Em frente desta a varanda serve para a lavagem e estendal de roupas e é protegida, de alto a baixo, com uma grelhagem de cimento pintado. Os topos sul e norte de cada bloco são iguais

(Continua na página 23)



Desenhos originais de Nowicki — Note-se, no desenho n.º 2, o menor espaçamento das colunas e a sua inclinação a fim de que as cargas produzidas pelos arcos sejam conduzidas mais correctamente.

PAVILHÃO EM RALEIGH

PARA A FEIRA DO ESTADO DE CAROLINA DO NORTE — E. U. A.

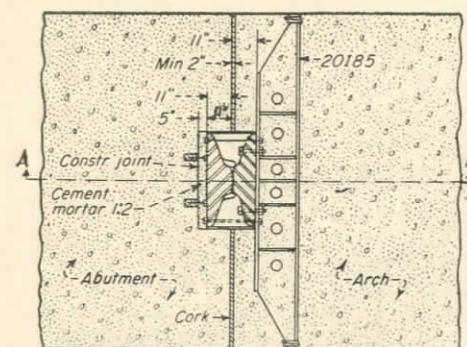
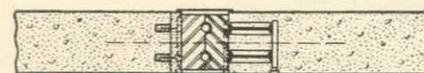
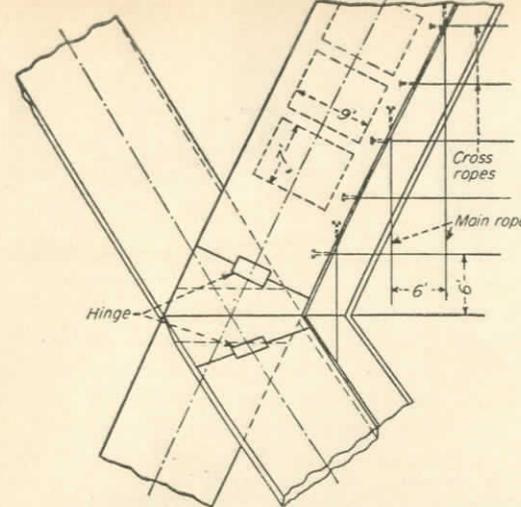
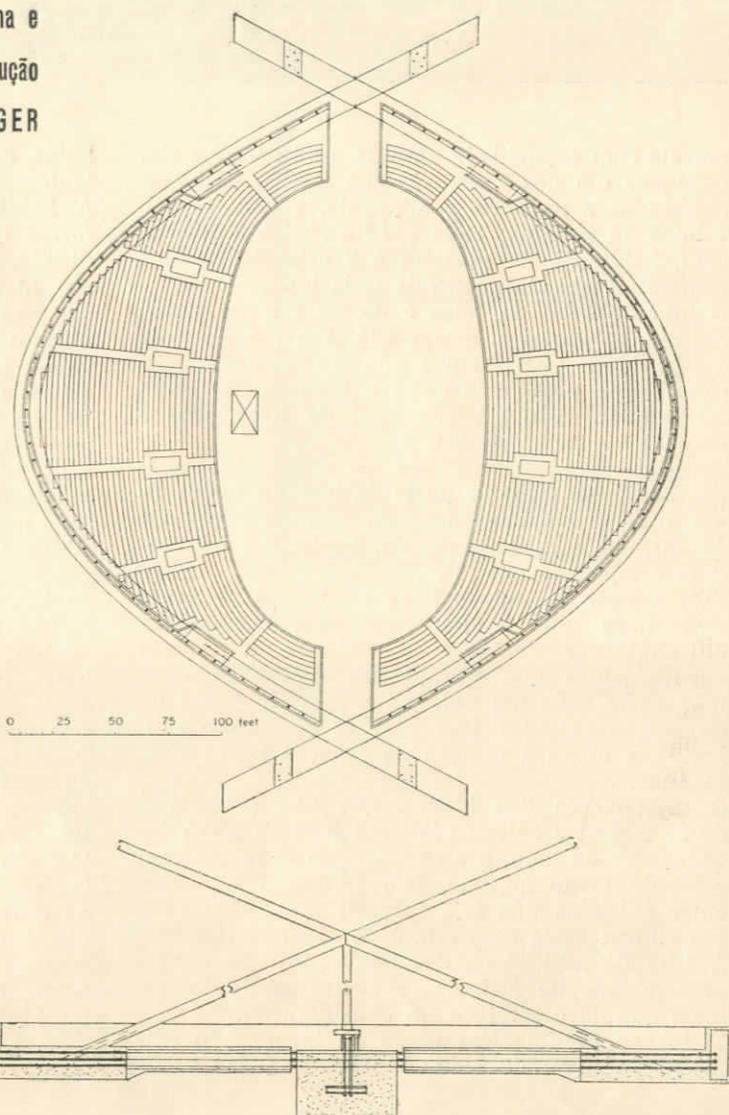
ARQUITECTOS: MATTHEW NOWICKI, autor do sistema e W. H. DEITRICK, autor do projecto de execução
ENGENHEIROS: SEVERUD, ELSTAT & KRUEGER

Com uma grande arena elíptica cujos eixos principais medem 67 e 39 metros este edifício presta-se à realização de espectáculos muito diversos que abrangem o «rodeo», a feira de gado, ou o concurso hípico.

O sistema estrutural e os processos de construção utilizados constituem excepção às características da construção norte americana.

A concepção inicial deve-se ao arquitecto Matthew Nowicki, orientador da Escola de Arquitectura de Carolina do Norte, e cuja morte em 1950 num desastre de viação foi considerada como grande perda para a arquitectura moderna.

Foi baseado nos estudos e desenhos deixados por Nowicki que o arquitecto William Deitrick, prosseguiu os trabalhos de execução do projecto e da obra, em que se podem ver os elementos essenciais que constam do esquema, inicial; estes elementos porém aparecem modificados em consequência de um processo de evolução que, muito embora explicado por for-



Pormenores do encontro dos arcos

çosos condicionamentos de ordem programática ou construtiva, lhe modificou o sentido e a intenção iniciais e lhe fez perder a grandeza, a escala e pureza de forma que ressaltavam dos primeiros desenhos.

Não há dúvidas que nos primeiros desenhos de Nowicki se tratava de uma construção inteiramente diferente. É perfeitamente claro que a intenção do autor era a construção de um grande anfiteatro ou «stadium» — coberto; coberto com um grande «toldo». Repare-se que dizemos propositadamente toldo, pois quaisquer que vissem a ser as dimensões e resistência das peças em jogo todo o conjunto estava concebido para traduzir essa sensação, especialmente notória no esquema n.º 2.

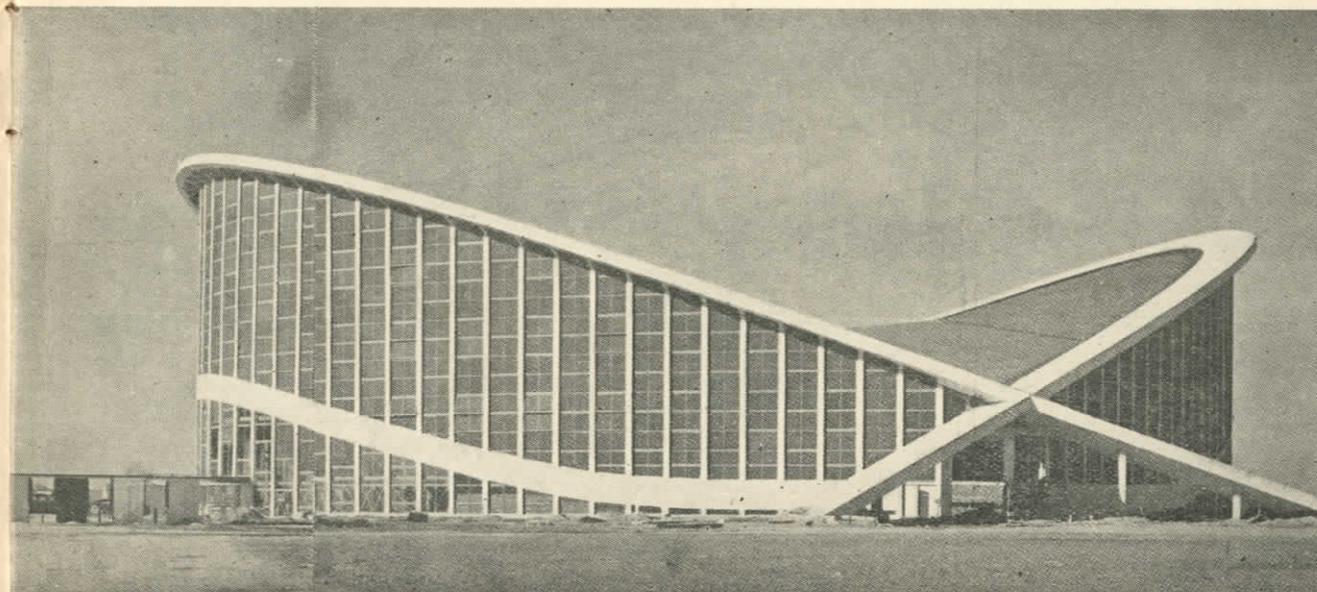
A construção executada é um edifício fechado; uma grande sala de espectáculos.

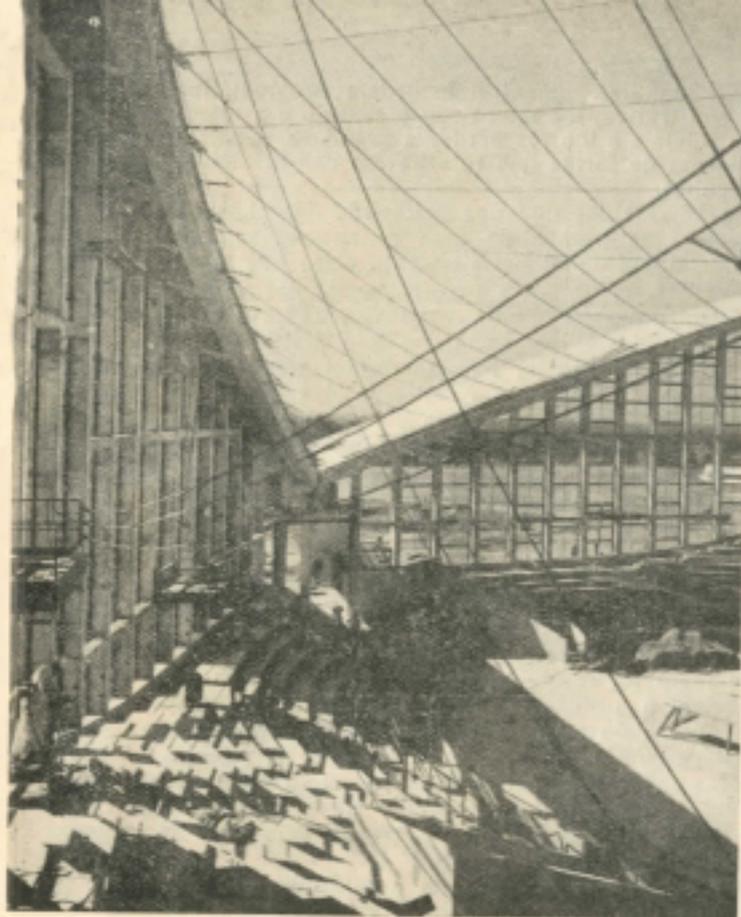
Parece-nos que os pontos de contacto entre os desenhos de Nowicki e a construção que agora publicamos são de natureza puramente formal uma vez que desapareceram ou se modificaram os condicionamentos que originaram a sua concepção. De facto foi resolvido posteriormente tornar extensiva a utilização desta construção a todas as épocas do ano e em quaisquer condições climáticas, e assim houve que proteger os espectadores envolvendo o edifício com uma grande caixilharia de vidro especificamente colorido para evitar o deslumbramento e menos permeável à gama das radiações quentes.

Por esta razão é explicada a multiplicação dos apoios dos arcos parabólicos da cobertura que foram aproximados o necessário — 2,40 de eixo a eixo — para servirem simultaneamente de suporte da caixilharia. Razões de segurança dos espectadores contra os possíveis acidentes provocados por queda dos vidros e dificuldades na montagem dos caixilhos são apontadas como determinantes da mudança de posição dos apoios dos arcos: inicialmente inclinados, verticais no projecto executado.

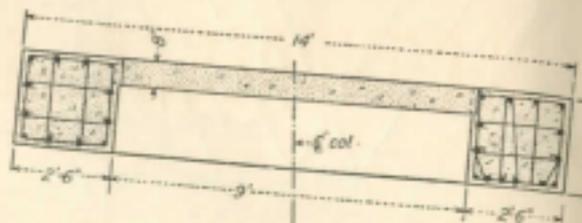
O peso próprio dos arcos parabólicos é transmitido ao terreno por estes apoios que são constituídos por perfis I de ferro com 45 cm. envolvi-

(Continua na página 23)

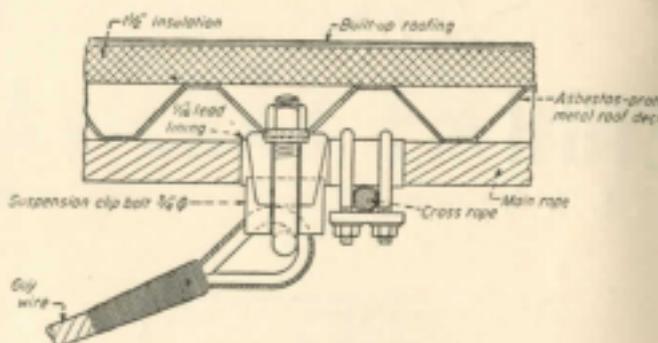




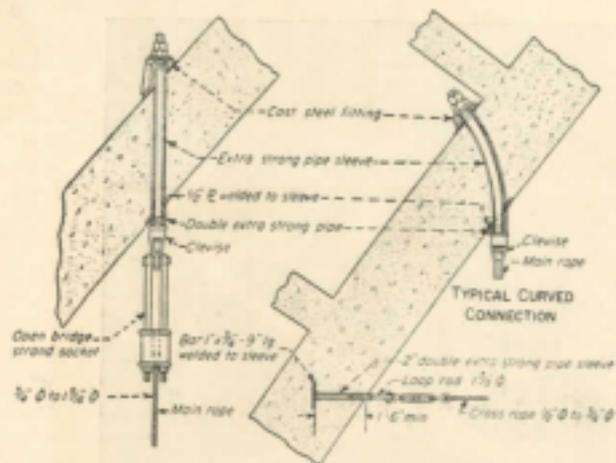
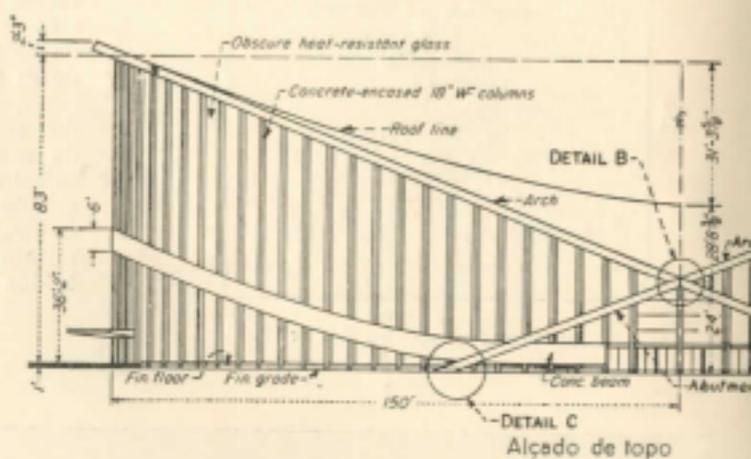
Interior do pavilhão em construção



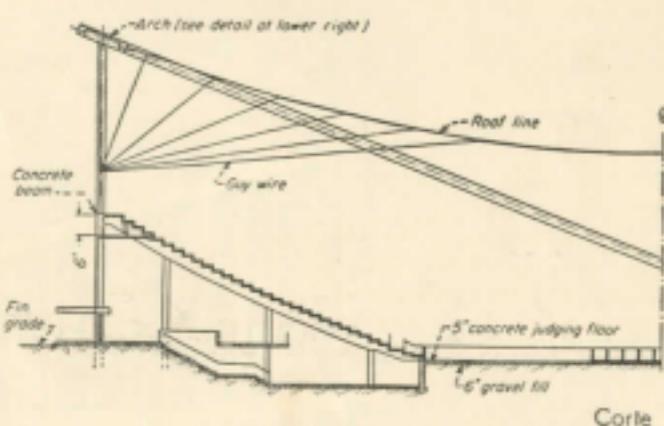
Seção do arco parabólico



Pormenor da cobertura



Ligações tipo dos cabos de aço ao arco parabólico



Corte

III CONGRESSO DA U. I. A.

O III Congresso da União Internacional dos Arquitectos reuniu em Lisboa, de 20 a 27 de Setembro de 1953, cerca de 600 participantes dos seguintes países:

Alemanha, Inglaterra, Argentina, Bélgica, Brasil, Cuba, Egipto, Espanha, França, Grécia, Israel, Itália, Letónia, Nova Zelândia, Holanda, Portugal, Síria, Suécia, Suíça, Turquia, Uruguai, Iugoslávia, Austrália, Canadá, Checoslováquia, Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Polónia, Noruega, México, União Soviética e Tailândia.

O tema central do Congresso, discutido em sessões plenárias foi apresentado pelo então presidente do Comité executivo da União, Sir Patrick Abercrombie, sob o título «A Arquitectura no Cruzamento dos Caminhos». Convencido que estávamos chegados à «grande encruzilhada do século» Sir Patrick pôs a seguinte questão: voltemo-nos para a direita, como continuadores fora de moda de uma tradição estafada; voltemo-nos para a esquerda, seguindo as experiências de visionários, como se vêem nalgumas outras artes; ou vamos em frente como uma armada disciplinada de técnicos que representarão uma das grandes épocas da evolução da nossa Arte? E continuando disse: eis o que deve estar diante de nós — a larga via onde avancemos em ordem, a época da maturidade, depois da vitória na batalha pela liberdade. Para concluir, depois de historiar a evolução da Arte de construir através dos tempos, afirmou que essa evolução depende do número de grandes artistas.

Extremamente vulnerável, a tese defendida suscitou calorosa discussão na qual intervieram entre outros, André Gutton, Van der Broek, Keil Amaral e Helena Syrkus. Para André Gutton a escolha estava feita e o caminho a seguir apresentava-se claro: «Se nós pudermos dar amanhã aos homens o sentimento de que são livres nas cidades e nos edifícios que concebemos, se a simplicidade da nossa arquitectura lhes der o sentido da estabilidade numa época instável, se o conforto que nos permite a máquina não lhe suprime o esforço mas sim lhe deixa tempo para pensar, para sonhar, para contemplar, então, de facto, em minha opinião a nossa civilização será regenerada. E penso que os nossos edifícios serão dignos de contar a história da nossa época porque ela será grande».

Não concretizou contudo, e pareceu-nos que teria extrema dificuldade em fazê-lo, quais os caminhos e processos ao alcance do arquitecto e do urbanista para atingir tão bela meta.

Para o nosso colega Keil Amaral a ideia de uma «escolha» entre vários caminhos parece-lhe difícil e um pouco presunçosa. Os caminhos da arquitectura dependerão, como sempre, de um numeroso conjunto de circunstâncias, entre as quais também a vontade dos arquitectos. Mas sem que a essa vontade ou ao surto de grandes Artis-



tas se possa atribuir uma importância exclusiva ou decisiva. Para já a possibilidade de evitar uma guerra que reduza a ruínas aglomerados urbanos e de prioridade a problemas arquitectónicos de emergência, aparece como um factor de suma importância.

Para Helena Syrkus a Arquitectura deve ser posta ao serviço do Homem. E deu indicações concretas de como na Polónia do pós-guerra se vem

CONCLUSÕES

I FORMAÇÃO DO ARQUITECTO

1) Definição

O arquitecto é aquele que, mestre na arte de construir, ordena o espaço, cria e anima os locais destinados ao homem, para lhe assegurar as melhores condições de existência.

2) Qualificação

O arquitecto possui a arte da composição, o conhecimento dos materiais e das técnicas, a experiência da sua aplicação.

Por estas aptidões e pela sua formação, debruçando-se sobre as realidades, ele apreende o espírito da sua época, conhece as suas necessidades humanas, espirituais e materiais, que exprime de maneira sensível.

3) Formação

Princípios

A formação do arquitecto é uma progressão contínua.

É baseada numa larga cultura e exige um espírito de síntese.

Homem completo, o arquitecto adquire o seu equilíbrio pelo exercício simultâneo das disciplinas corporais, intelectuais, estéticas e morais.

Os seus conhecimentos fundamentais filosóficos, científicos e técnicos permitem-lhe abordar e julgar os problemas humanos que ele próprio deve definir, coordenar e resolver.

Aptidões

É desejável que aquele que se destina à arquitectura lhe traga um espírito ávido de conhecer e de criar, uma inteligência aberta e viva, bom senso e julgamento recto.

Desenvolver-se-á nele a sensibilidade plástica, a noção do espaço a imaginação e a memória visual, o sentido do humano, o carácter.

4) Conclusões

A qualificação do arquitecto é de alcance universal; pertence a cada colectividade humana fixar os meios de a atingir escolhendo os seus próprios métodos.

No plano prático, sugere-se a organização do ensino em três graus:

- pré-escolar ou de selecção (formação do homem);
- escolar ou de educação (formação do artista e do técnico, do creador);
- post-escolar ou de tirocinio (formação do prático, do construtor).

Os investigadores, os teóricos, os professores seguirão estudos superiores,

tentando pôr em prática esse objectivo, suscitando o interesse e a intervenção das massas nos problemas da Arquitectura e do Urbanismo e organizando os arquitectos ao serviço dos interesses nacionais.

Finda a discussão do tema central onde se registaram outras intervenções, foram discutidos em 8 grupos de trabalho os temas propostos para o Congresso, de que resultaram as seguintes:

II POSIÇÃO SOCIAL DO ARQUITECTO

Estatuto do arquitecto

Sem separar duma maneira precisa estes dois problemas, o Congresso evocou-os sucessivamente e nada se opõe a reuni-los na mesma conclusão discriminando o lado positivo de um e a parte filosófica do outro.

A—Em princípio seria imprudente definir precipitadamente e de improviso um novo ESTATUTO DO ARQUITECTO.

Todavia reconhece-se:

1.º—Que a U. I. A. deve elaborar um novo estatuto do Arquitecto tendo em conta a evolução geral da profissão.

2.º—Que para a elaboração deste Estatuto, o Código GUADET poderá servir de ponto de partida e que o seu princípio moral deve ser mantido.

3.º—Que este Estatuto deve compreender regras relativas às relações entre os colaboradores e os jovens colegas, à situação dos arquitectos funcionários, assim como regras especiais decorrentes da evolução das técnicas.

Estas últimas regras não poderão ser definidas senão de acordo com as conclusões das Comissões encarregadas do estudo dos problemas da industrialização e das relações entre arquitectos e realizadores.

4.º—Claro que essas regras terão carácter suficientemente geral para permitir a sua aplicação nos diferentes países de acordo com as legislações nacionais existentes.

5.º—O Congresso convida a Comissão Executiva da U. I. A. a encarregar a comissão da posição social do arquitecto de submeter ao próximo congresso um projecto de redacção.

B—No que diz respeito à *Posição Social do Arquitecto* reconhece-se que o arquitecto, inspirando-se nas conclusões do VIII.º Congresso Pan-Americano, deve cumprir a sua tarefa trabalhando no conhecimento das condições humanas, económicas e espirituais com vista ao bem comum.

O seu conhecimento artístico e técnico, posto ao serviço dos homens, deve permitir organizar a satisfação das necessidades individuais, familiares ou colectivas na procura de soluções humanas. A comissão propõe subter às secções nacionais para discussão e ordenação a declaração preliminar seguinte:

1) —O arquitecto pratica a sua arte inspirando-se nos ideais sociais, culturais e profissionais mais elevados.

Ele tem o dever de desenvolver constantemente as suas capacidades artísticas e científicas para melhor cumprir a suas tarefas.

2) —O arquitecto concebe, suscita, coordena e realiza as soluções mais adequadas ao «habitat»

do homem, aos lugares de trabalho e de recreio, com a preocupação constante da Beleza, do bem-estar da Sociedade e do respeito da personalidade humana.

3) — Para estar em condições de exprimir as aspirações espirituais e satisfazer as necessidades da sua época, o arquitecto deve ter um conhecimento perfeito e uma perfeita compreensão do meio — físico, demográfico, económico, político, social e cultural — no qual ele vive e trabalha.

Ele deve conceber a sua actividade e a sua obra enquadrada num plano de conjunto do qual o arquitecto deve ser em todas as escalas — local, regional, nacional, continental — o animador e o ordenador.

4) — O arquitecto não subordina a sua arte a nenhuma preocupação mercantil. É interdito qualquer compromisso com as leis da honra e da deontologia profissional.

O arquitecto tem a consciência de pertencer a um corpo profissional exigindo altas qualidades morais e onde reina espírito de confraternidade.

III RELAÇÕES ENTRE ARQUITECTOS E ENGENHEIROS

1) — A utilidade e a importância das relações entre arquitectos e engenheiros são unanimemente reconhecidas.

2) — Os progressos na arte de construir serão tanto maiores quanto uma fecunda colaboração entre arquitectos e engenheiros possa ser estabelecida.

3) — É claro que a profissão de arquitecto e a de engenheiro são duas profissões distintas e que cada uma delas tem a liberdade de solicitar a colaboração da outra quando necessário.

4) — É desejável que seja estabelecido um acordo para fixar as atribuições próprias de cada profissão.

5) — A formação do arquitecto deve permitir-lhe falar a linguagem técnica dos engenheiros especializados, ao engenheiro impõe-se o desenvolvimento do seu sentido plástico.

6) — Ao arquitecto pertence o papel de conceber a obra, de dirigir e de coordenar a actividade de todos os que colaboram na sua realização.

IV A SINTESE DAS ARTES PLÁSTICAS

1) — Os arquitectos, conscientes da importância da sua colaboração com os Pintores, Escultores e outros Artistas, e da necessidade de crear condições favoráveis a uma integração harmoniosa das artes plásticas na arquitectura contemporânea, dirigem um apelo aos pintores, escultores e outros artistas para uma discussão comum e, eventualmente, uma acção conjunta.

2) — Os arquitectos consideram que uma colaboração fructuosa não se poderá estabelecer num espírito de subordinação do Artista ao arquitecto, mas num plano de igualdade e com espírito de equipa implicando uma comunhão de tendências e uma igual exigência de qualidade.

3) — Em nenhum caso, os Artistas chamados a colaborar numa obra de arquitectura devem ser impostos ao arquitecto.

4) — A compreensão mútua e a colaboração dos arquitectos, pintores e escultores deve ser desenvolvida por todos os meios e desde a escola. O congresso deseja sublinhar a importância, para o arquitecto, de estar perfeitamente ao corrente do movimento artístico contemporâneo.

5) — Se importa estimular o conhecimento mú-

tu das obras, (através, por exemplo, de exposições e publicações) os contactos pessoais não são menos essenciais.

6) — A síntese das Artes não pode ser conseguida por meios exteriores: acção de organizações intergovernamentais ou profissionais, congressos, bolsas, etc.. Tais instituições não podem senão agir indirectamente suscitando, estimulando e encorajando todas as iniciativas destinadas a favorecer o desenvolvimento dos contactos necessários entre os Artistas, a cultura artística dos novos, a criação de melhores condições materiais permitindo a colaboração entre os Artistas sair do domínio da teoria e do excepcional e desenvolver-se em vasta escala e a partir de programas reais.

7) — Os arquitectos consideram que a intervenção dos Artistas num edificio, (ou num conjunto) deve ser prevista e orçamentada logo nas estimativas orçamentais, da mesma maneira que as necessidades materiais ou as instalações técnicas.

O montante destinado para este efeito deve ser proporcional à importância, ao destino e à situação do edificio.

Deve ser motivado e submetido aos mesmos controlos que qualquer outra despesa.

8) — O congresso convida o Comité Executivo da U. I. A. a tomar a iniciativa de contactos com a UNESCO, a Association Internationale des Arts Plastiques e as Secções nacionais da UNIÃO afim de estudar os meios práticos que permitam fazer passar as medidas preconizadas para o domínio das realidades.

V URBANISMO

a) A posição do Urbanista

O congresso propõe que seja de novo proclamada a posição do arquitecto perante o organismo tal como ela foi definida nas conclusões do congresso de LAUSANNE, em 1948:

«O urbanismo é ao mesmo tempo uma arte e uma ciência. A sua finalidade é a melhor organização do território, em função das necessidades da comunidade humana, por meio duma política social e no quadro dos planos locais, regionais e nacionais.

Abraça-a hoje actividades tão variadas que o arquitecto não saberia abordá-las sozinho e sem preparação. O estudo desses problemas é, portanto, necessariamente, um trabalho de equipe cuja direcção incumbe aquele que possua amplos conhecimentos, o sentido da coordenação, a visão da harmonia no espaço e no tempo. O arquitecto possui, pela sua formação, estas últimas qualidades que o designam para a direcção dos estudos. Como homem de arte e técnico, ele não poderá hoje tomar o título de urbanista, sem ter apreendido a importância dos problemas económicos e sociais. A reconstrução das cidades sinistradas, o saneamento dos bairros insalubres, o arranjo dos espaços verdes, etc., são outras tantas tarefas que ele abordará cuidando duma melhoria das condições sociais dos homens.

«No estabelecimento do programa, para o que é preciso uma especialização e análises extensas, o arquitecto deverá reunir os ensinamentos que lhe trarão o engenheiro, o economista, o sociólogo, o jurista, etc., aos quais incumbe uma parte dos estudos. O arquitecto intervirá mais ou menos activamente no desenvolvimento do programa, menos nos problemas regionais ou nacionais de ordem

puramente técnica, (águas e matas, agricultura, força hidráulica, navegação, etc.) mais nos problemas mais localizados, (zoneamento, protecção dos locais, circulação, etc.). Ele tomará certamente lugar preponderante nos planos de arranjo dos aglomerados, porque trata-se aqui de realizações onde as suas qualidades de architecto intervirão em toda a sua amplitude.

Subsidiariamente o Congresso julga que quando do arranjo de territórios muito vastos, nacionais, regionais ou de grandes aglomerações, não é obrigatório que o título de urbanista seja unicamente dado a architectos. No entanto, é necessário que o architecto qualificado como urbanista traga os seus conselhos a todos os escalões e prepare os projectos a realizar.

Considera por outro lado que quando dos arranjos de territórios urbanos esse trabalho não pode ser confiado senão a architectos qualificados em urbanismo, quer dizer a architectos e urbanistas. Exprime o voto de que todos os architectos nas suas escolas estudem os edificios e os grupos de construções não apenas em si mas como parte integrante da cidade.

Deseja que noções de urbanismo sejam inscritas nos programas das escolas de architectura, ficando os Estudos Superiores reservados para organismos particularmente qualificados.

Deseja que o urbanismo seja igualmente ensinado nas escolas de engenheiros, de sociólogos e de economistas a fim de que estes possam também compreender o trabalho dos architectos.

Deseja por outro lado, que uma melhor compreensão na obra comum una os architectos entre eles, sejam ou não urbanista, porque na realidade, trata-se de servir o interesse da comunidade.

b) Normalização dos Símbolos

1.º — Uma escrita comum para os planos de urbanismo pode facilitar consideravelmente a leitura e a comparação dos planos. Uma normalização internacional dos símbolos é portanto recomendável. Nos países que têm já uma normalização oficial, os símbolos internacionais poderão aplicar-se aos documentos não oficiais tais como planos de análise ou de documentação. Nos que não tenham regulamentação neste domínio, a normalização internacional poderá tomar todo o seu valor se for aplicada aos planos oficiais.

2.º — O sistema de normalização presente ao III Congresso da U. I. A. parece comportar algumas vantagens. O documento poderá servir de ponto de partida para o estudo duma normalização internacional que deverá facilitar na medida do possível a compreensão dos projectos pela população.

3.º — Um entendimento com a Federação Internacional da Habitação e do Urbanismo é necessário. Com este fim, a constituição duma comissão comum de estudo permitiria chegar a resultados positivos.

4.º — A publicação pela U. I. A. das propostas apresentadas no Congresso é vivamente recomendada.

VI HABITAT

O congresso emociona-se com o angustioso problema posto pela insuficiência do habitat popular.

1.º — Entende por «habitat» o quadro no qual o homem deve viver, e que lhe permita satisfazer todas as suas funções, suas actividades e suas aspirações.

Este quadro não consiste apenas em habitações, comporta também todos os «prolongamentos da habitação». Por outras palavras não é apenas «Arquitectura», é igualmente «Urbanismo».

2.º — O congresso emite o voto de que seja inscrito em cada constituição nacional um *direito ao habitat*, em troca do qual cada homem deve uma parte da sua actividade produtora.

3.º — É de extrema importância e de extrema urgência que os Governos coloquem o habitat no primeiro plano das suas responsabilidades:

— Reservando para este fim uma proporção muito importante dos seus orçamentos;

— Praticando uma larga politica de fundos;

— Encorajando o investimento de capitais particulares.

4.º — Para que esta acção seja eficaz, deve ser baseada numa planificação de conjunto, e ser objecto de programas de realizações metódicas, nas quais será dada prioridade ao habitat dos não-alojados ou dos mais mal-alojados.

a) O abrigo

5.º — O congresso reconhece que as soluções provisórias se revelam, a longo praso anti-económicas; mas, perante a ampliação das necessidades considera que podemos e que devemos encarar com franqueza um «habitat do mal o menos» ou «habitat transitório» em todos os casos em que nos encontremos ao tempo perante uma grande massa humana e perante recursos económicos insuficientes. Será ilusório esperar que se realizem em número suficiente alojamentos normais. Trata-se de abrigar «o maior número» no mais curto lapso de tempo.

6.º — Todavia este «habitat transitório» não deve ser limitado a si mesmo. Nenhum programa de «habitat transitório» deve ser executado sem que um programa de «habitat normal» tenha sido fixado antes. Sem esta condição, o habitat transitório arrisca-se a não ser mais que uma solução de preguiça.

7.º — O habitat transitório não deve em nenhum caso conduzir a um «Urbanismo transitório». Os principios fundamentais de urbanismo permanecem válidos seja qual for a simplicidade e o precário dos alojamentos. É o urbanismo que, arranjando o «prolongamento da habitação», tornará suportável as deficiências desta «habitação».

8.º — O habitat de «mal-o-menos» comportará abrigos que poderão ser concebidos segundo normas inferiores às que são geralmente admitidas. No entanto, essas normas não deverão descer nunca abaixo de certas medidas, variáveis segundo os regimes, em função do clima, do grau de evolução das condições familiares e sociais, das possibilidades económicas.

9.º — Para fixar estas normas, devemos-nos apoiar sobre dois principios essenciais:

— Evitar toda a promiscuidade.

— Assegurar uma hygiene elementar.

10.º — O abrigo deve ter um carácter essencialmente familiar, o que exclue salvo em caso de cataclismos, todas as formulas de locais colectivos.

11.º — A célula mínima, que deve constituir o núcleo inicial de qualquer abrigo, é aquela que convém à vida do agregado familiar. Esta célula deverá sempre comportar possibilidades de extensão. O fim a atingir é assegurar o isolamento dos pais, e a separação dos adolescentes dos dois sexos.

12.º — O abrigo estritamente transitório será concebido de maneira que a sua demolição possa

efectivamente ter lugar num prazo de 15 a 20 anos. Poderemos conceber um abrigo evolutivo menos precário susceptível de durar uma ou duas gerações. A fórmula mais simples consistirá na construção imediata duma célula inicial, seguida da construção progressiva de células complementares, cujo número limite será fixado por via regulamentar.

13.º — Com vista a realizações rápidas, importa que os governos provoquem agrupamentos de «casalotes», os enquadrem, e encorajem por todos os meios nomeadamente o fornecimento de materiais ou de elementos industrializados tão económicos quanto possível.

b) O alojamento

14.º — O Sub-Comité do habitat da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas encarregou a U. I. A. de ajudar a definir as *necessidades duma família em matéria de alojamento*. Para responder a esta questão, a U. I. A. reunirá os documentos apresentados no decorrer do congresso e procurará fazer a síntese deles ao mesmo tempo que alargará as suas investigações tendentes a reunir uma selecção dos melhores planos de alojamentos populares recentes, base indispensável para qualquer trabalho objectivo.

15.º — Analizando enfim os relatórios que procuram estabelecer o limite inferior para além do qual a redução de dimensões do alojamento deixa de ser realmente económica, o Congresso verifica que esses relatórios fornecem uma séria base de informações e que estabelecem que qualquer ensaio para determinar esse limite com precisão choca com um grande número de factores imprecisos tornando delicada qualquer conclusão prematura.

O prosseguimento desta pesquisa em cada país contribuirá para eliminar a maior parte dessas imprecisões tanto mais se forem feitas numa base sistemática.

VII CONSTRUÇÕES ESCOLARES

O Congresso, fazendo suas as conclusões do relatório preliminar sobre Construções Escolares estabelecido em 1952 a pedido da UNESCO, exprime o voto de que o campo de investigação que serviu de base a estas primeiras conclusões seja consideravelmente alargado, e que se estenda nomeadamente aos países da América Latina, e do Médio e Extremo Oriente. Abordando a questão das necessidades urgentes de novas construções escolares, verifica:

1) — Que as causas desta penúria são as seguintes:

- a) Introdução ou extensão do ensino obrigatório.
- b) Crescimento da natalidade.
- c) Deslocações de população.
- d) Imigração.
- e) A vetustez das escolas existentes.
- f) Danos de guerra.

2) — Que os meios que entram em jogo para lutar contra a penúria são os seguintes.

- a) As possibilidades financeiras do país.
- b) A natureza e volume dos materiais disponíveis.
- c) A natureza e quantidade de mão de obra
- d) O nível de conhecimentos técnicos e profissionais disponíveis.

e) O nível dos métodos de construção e de produção.

f) A capacidade industrial do país.

g) As suas condições climáticas e topográficas.

3) — Que não podem existir soluções gerais aplicáveis a problemas tão complexos mas que para os dominar com esperanças de sucesso é indispensável dispor:

a) Duma clara visão da política do país em matéria de educação.

b) Dum estudo claro e completo das necessidades do país em escolas tendo em conta essa política.

c) Da preparação dum programa de acção baseado sobre cada um dos factores enunciados na alínea 1) acima.

d) Dum estudo completo dos factores enunciados na alínea 2) acima.

4) — Que enfim as recomendações seguintes são de molde a facilitar a resolução dos problemas:

a) A colaboração nacional e internacional entre arquitectos, pedagogos e peritos de diversas formações será prosseguida o mais activamente possível.

b) A autoridade responsável consultará um arquitecto na qualidade de conselheiro técnico antes de passar à execução de qualquer programa de construção escolar.

c) Com vista a construir tão rapidamente quanto possível e ao preço mais reduzido, a autoridade responsável não recomendará superfícies mínimas senão na medida em que as exigências duma sã educação sejam inteiramente satisfeitas, podendo exprimir-se essas superfícies por esquemas de tramos.

d) Onde as dificuldades de transporte e de preço de mão de obra especializada o exigirem, o projecto deverá ser concebido de maneira a realizar-se com o emprego dos materiais disponíveis no local.

e) Em contra-partida, todas as possibilidades de racionalização e de pré-fabricação devem ser aproveitadas tanto mais que elas se exprimem por vantagens substanciais de prazos, de duração e preço de custo.

f) O financiamento deve ser assegurado pela instituição responsável segundo programas que se estendem a vários anos e prevejam a cadência das execuções.

VIII INDUSTRIALIZAÇÃO

a) *Relações entre o arquitecto e os realizadores (industriais e empreiteiros)*

1.º — O congresso, verificando que a industrialização da construção continua inexoravelmente e se revela cada vez mais rica de possibilidades, confirma a posição que tomou quando do congresso de Rabat.

A construção é hoje a única grande indústria na qual os arquitectos (creadores de conjuntos e de pormenores), os industriais produtores de elementos e os empreiteiros de montagem não trabalham ainda como uma equipe homogénea.

Ora, o tamanho e a complexidade das construções, (aumentando consideravelmente) pela industrialização, o arquitecto, trabalhando sózinho, não pode mais fazer face simultaneamente a todos

os problemas que este novo estado de facto da profissão faz surgir. Com efeito esta complexidade exige um maior número de cabeças, cada uma versada na sua especialidade particular, trabalhando em equipe, submetendo-se a uma disciplina de conjunto para a realização do fim comum.

2.º — O congresso preocupa-se, entre outras coisas, com a influência que esta evolução exerce sobre o estatuto do arquitecto e nomeadamente, sobre as suas relações futuras com os realizadores, industriais e construtores.

3.º — O arquitecto autor dum projecto, submetendo-se ele próprio ao espírito de equipe, deverá por vezes abandonar, a favor de elementos industrializados com os quais ele comporá conjuntos, uma parte da sua independência tradicional em matéria de formas e dimensões.

Por outro lado ele poderá mais facilmente fazê-lo, na medida em que os industriais encontrarem o seu interesse neste trabalho de equipe fazendo estabelecer esses elementos pelos arquitectos especializados em produção industrial.

4.º — O congresso emite os votos:

- a) Que o arquitecto de manhã complete a sua formação por um conhecimento razoável dos princípios da industrialização para poder colaborar com conhecimento de causa com os homens especializados nessas técnicas, e coordenar a sua acção.
 - b) Que no seio da profissão se desenhe uma certa especialização, para satisfazer melhor as exigências diversificadas desta industrialização.
 - c) Que perante esta nova orientação da profissão, parece tornar-se necessária a elaboração de novas regras para pôr em dia o estatuto profissional do arquitecto.
- b) *Adopção dum módulo internacional*

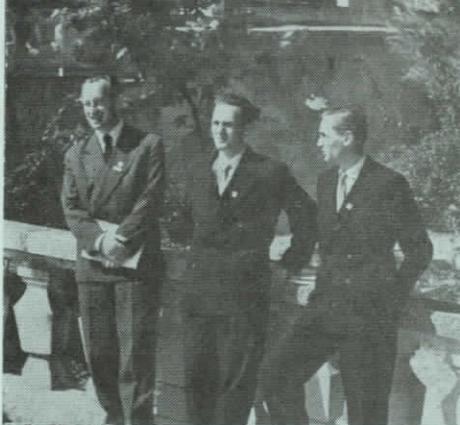
A — 1.º — O congresso, verificando que nos recentes desenvolvimentos da industrialização da construção, a coordenação modular de dimensões se afirmou uma necessidade, confirma a posição tomada no congresso de Rabat.

2.º — Verifica que o módulo de 4" ou 10 cm. é já largamente empregado em diferentes países, e se revelou ser «a unidade de acréscimo em dimensões» correcta para a indústria da construção.

3.º — a) Recomenda que U. I. A. adote este módulo (10 cm. ou 4").

- b) Recomenda que os arquitectos que não o tenham ainda adotado o empreguem doravante, e se empenhem a divulgar o seu uso na indústria.
- c) Recomenda que se peça à I. S. O. para promover o seu emprego em escala mundial.

B — O congresso, verificando que a diferença entre os sistemas de medida em centímetros e polegadas é uma fonte crescente de complicações na troca internacional de informações técnicas e de produtos da indústria da construção, recomenda que a U. I. A. insista junto da UNESCO para prover estudos e convenções internacionais com vista à unificação dos sistemas de medidas.



GRUPO DE TRABALHO N.º 6 — «L'ABRI»

TESE APRESENTADA PELO ARQ. MICHEL ECOCHARD

I — AS NORMAS MÍNIMAS

Existe no Mundo grande número de indivíduos que a industrialização das grandes cidades, ou a criação artificial duma nova capital, aglomerou nos subúrbios.

Estas massas consideráveis não têm, mesmo comparado com o nível de vida de cada região, o mínimo indispensável que a dignidade do casal ou a simples conservação do corpo exige.

Umhas são populações rurais relativamente evoluídas, outras párias da terra aí chegados para evitar morrer de fome, outros ainda, pastores de hábitos milenários que, brutalmente, pelo facto do baixo preço de venda dos camelos das caravanas, ou das secas, não tinham mais razão para viver no deserto.

As diferenças entre esta nova população e a população existente na cidade podem ser apenas ligeiras.

Aconteceu assim com as novas cidades americanas onde os recém-chegados eram da mesma origem dos precedentemente estabelecidos. Estas diferenças podem noutros casos ser profundas e influir não somente do standard de vida, mas ainda sobre a raça e a religião.

Se este acontecimento é lento e regular, far-se-á uma assimilação progressiva e não reside aí o nosso problema. Se, pelo contrário, o acontecimento é brutal, cria-se um desequilíbrio não só na vida da cidade como na vida dos recém-chegados. Como?

Na vida da cidade, pela criação desordenada na sua periferia de bairros insalubres que perturbarão os transportes e envolverão perigosamente todas as grandes vias de acesso; na vida dos recém-chegados, por uma expatriação total, creada pela mudança do «habitat» ou mesmo em certos casos, pelo próprio desaparecimento do «habitat». Pode-se imaginar por outro lado a expatriação do homem vivendo sob uma barraca que, brutalmente, chega à fábrica e que, não limitado no seu campo, não conhece mais senão o amontoamento e a promiscuidade destes bairros suburbanos.

Nos casos que nos preocupam, tanto pelo efeito da especulação que aumenta consideravelmente o valor dos terrenos e isto quase em função da importância da população imigrante, como pelo efeito dos baixos salários duma população inadaptada aos novos trabalhos, a falta de rendimento das construções interdita praticamente a sua realização.

Sendo assim, aceitar-se-á como na época do liberalismo total, a solução individual do problema? blema?

As «bidonvilles» da África do Norte, os «Slums» das grandes cidades americanas, os «compounds» da África do Sul, os passeios habitados das cidades do Oriente e os «audis» das nossas grandes cidades europeias, dão-nos imediatamente a resposta. É uma experiência que se processa há mais de cem anos e da qual conhecemos todos os resultados lamentáveis.

Estas populações são cegas e são arrastadas contra a vontade por movimentos de base, incontroláveis ao seu nível.

Está pois aí uma «tarefa de Governo». É neste nível que deve ser assegurado o «contacto natural e permanente da sociedade com o homem».

Mas querer resolver o problema segundo as normas (europeias) de técnicos evoluídos, é, encarada a amplitude das necessidades, recusar o mínimo a toda uma geração que sofre.

É necessário repensar o problema partindo das organizações políticas e das possibilidades financeiras actuais dos Estados e dizer-se que o abandono provisório dos grandes princípios teóricos poderá trazer a centenas de milhões de homens uma melhoria considerável da sua penosa vida cotidiana.

Isso leva-nos a pôr as seguintes questões:

- 1— Quais são as normas humanas mínimas?
 - são absolutas e universais, ou devemos estabelecê-las?
 - em função dum grau de evolução do Homem,
 - em função função dos climas.
- 2— Onde começam as normas do Habitat?
 - é a casa mínima onde o homem ainda pode viver?
 - pode admitir-se a título de abrigo: o douar, o bidonville, o compound?
- 3— Se a noção de *Habitat* não é aplicável para estes abrigos não será preciso, então, procurar uma solução dependente apenas do urbanismo?
- 4— Qual é a solução menos desfavorável?
 - não alojar, esperando e preparando um alojamento estudado segundo as normas aceites,
 - ou alojar a um escalão inferior uma grande massa humana.
 - Perigo: isso pode acarretar a procura de soluções de habitat aquém das normas aceites.
- 5— Quais são, nestes últimos recursos que as circunstâncias políticas, financeiras e sociais impõem ao mundo, por certo tempo, as «mínimas» absolutas?
- 6— Interdependência absoluta do Habitat e do Urbanismo.
 - Se será possível descer relativamente baixo o nível do Habitat. Ao Urbanismo, nenhum acomodamento deve ser procurado, nenhuma limitação deve ser imposta. O Habitat compromete a vida por quinze anos, o Urbanismo por muito mais.
 - O Urbanismo não deverá ser mínimo. Prefigura a vida melhor e permite dar-lhe acesso a todo o momento. Condiciona na medida da elevação do nível de vida um Habitat segundo as normas procuradas, e assim define as soluções evolutivas.

II — UMA EXPERIENCIA MARROQUINA

Com o exemplo de Marrocos, é antes de tudo um estado de espírito e uma disciplina de pensamento para «o maior número» que nós quereríamos dar de preferência a fórmulas a aplicar.

A industrialização de Marrocos que, em 40 anos, venceu o caminho percorrido pela Europa em 150 anos, conduziu normalmente toda uma população operária, do campo para a cidade.

Em 1912, 558.000 habitantes urbanos, em 1947: 1.897.000. A cidade principal, Casablanca, passa de 25.000 habitantes em 1907 para 639.000 em 1950. O resultado é, a superpopulação das cidades anti-

gas passando de 300 a 800 ou 1.000 habitantes por hectare, e a criação, na periferia das cidades, dum habitat precário, conhecido pelo nome de «bidonvilles». Estes camponeses iniciando-se na vida urbana e não exercendo, na maior parte, nenhum trabalho especializado, têm um nível anormalmente baixo que não lhes permite evidentemente construir. Pôde prever-se enviar novamente estes habitantes para os campos, embora a operação pareça difícil politicamente não é por outro lado inteiramente desejável, visto que, as fábricas necessitam de muitos operários e o equilíbrio urbano rural está ainda longe de ser quebrado. Pelo contrário, é desejável tentar limitar este exódo. De qualquer forma é necessário, actualmente, alojar toda esta gente e os que ainda virão durante os próprios anos de construção destes alojamentos. Mas como?

A — Procura do standard mínimo

Foram efectuados inquéritos a fim de determinar, segundo a importância média da família, os hábitos de vida e os salários, a célula verdadeiramente mínima. No entanto, esta célula fixada em 8 x 8 m., atinge um preço de aluguer excessivo para a maioria dos baixos salários actuais. Apesar de tudo, tivemos de conservar estas dimensões porque correspondem à superfície indispensável à vida duma família e ao aumento futuro do standard de vida.

Todo o estudo foi conduzido para conseguir, tendo em consideração esta dimensão de célula de 8 x 8 m., o mais baixo preço de custo. Para isso, vários princípios simples foram aplicados:

- a) — reduzir ao mínimo indispensável a superfície de arruamentos.
- b) — ter o menor comprimento de paredes possível.
- c) — construir provisoriamente apenas em rés-do-chão, o que permite fundações muito económicas para construções muito ligeiras.

B — Urbanismo

Estas regras, que compreendem igualmente as obrigações de dissimulação das vistas, que a vida mussulmana local impõe, foram aplicadas baseando-se em princípios modernos de urbanismo.

Todos os planos destes novos bairros das cidades marroquinas foram traçados com base na Carta de Atenas e são evolutivos: sobre uma malha simples englobando as grandes vias de circulação, os espaços verdes, as passagens de peões, os serviços comuns, previram-se várias faixas que correspondem, quer à evolução do standard de vida quer à modificação dos hábitos tradicionais.

C — Realizações

Um cálculo financeiro, baseado num inquérito geral fixando o problema deste habitat mínimo, mostrou que um orçamento de Estado não pode suportar o conjunto das construções e da infra-estrutura, mesmo tendo em consideração algumas realizações tomadas a cargo por Sociedades Privadas. Por outro lado, o ritmo de chegada à cidade aumentando todos os dias o número dos não alojados, impõe a necessidade de alcançar soluções duma amplitude excepcional, para seguir e mesmo ultrapassar este movimento.

Para a resolução deste problema deu-se primazia ao urbanismo, considerando necessário antes de tudo, que o desenvolvimento das cidades não

seja conduzido, como acontece muitas vezes, pela forma arbitrária das instalações precárias. Esta primazia do urbanismo, isto é da infra-estrutura, é também a da higiene: mais úteis que uma casa sólida são a água e os esgotos, pelo menos nestes climas, e para laiz problemas de conjunto.

Admitimos pois que se podia, sobre a infra-estrutura da futura cidade, colocar abarracamentos ou mesmo «bidonvilles», considerando que o aumento progressivo do poder de compra permitiria, pouco a pouco, realizar construções normais sobre estes terrenos.

Admitindo este princípio, a própria proliferação dos «bidonvilles» em qualquer lugar podia ser sustida, desde que se possuísse o plano de conjunto da cidade e os planos de detalhe destes bairros. Tal foi o nosso primeiro objectivo.

O objectivo n.º 2 foi a aquisição duma superfície muito importante de terrenos afim de evitar a especulação que viria anular todos os nossos esforços. Neste campo, a compreensão da Direcção de Finanças do Protectorado foi capital; assim para Casablanca, 4 biliões de m² de terreno foram comprados, desta maneira, em 1952.

O objectivo n.º 3 foi a própria construção. Seria muito longo explicar em detalhes todas as medidas tomadas. Foi necessário interessar todas as actividades e todos os capitais possíveis nesta grande obra. Foram publicados estudos e todas as explicações dadas e repetidas muitas vezes para mostrar que estes empreendimentos eram rentáveis. Várias medidas de empréstimos à construção, tanto para particulares como para as Sociedades foram tomadas pela Direcção de Finanças do Protectorado. O Serviço de Urbanismo pôs-se à disposição dos construtores, tanto privados como dos Serviços de Estado ou Sociedade Mistas, para lhes fornecer todos os estudos de planos-tipo e os planos de arranjo dos agrupamentos de células em bairros.

D — Prosseguimento do esforço

Um programa baseado sobre os inquéritos fixava para 10 anos a maneira como o esforço devia ser conduzido. Um programa por melhor que seja feito não pode ter em conta as dificuldades que intervêm cada ano e que, automaticamente, o modificam. Para que o objectivo final possa ser atingido, importa que uma rectificação seja feita regularmente todos os anos para precisar os resultados obtidos e o atraso ou avanço na execução do programa de resolução do problema do alojamento. Este cálculo apresenta certas dificuldades. Será necessário, por exemplo, eliminar no cálculo das realizações as construções erigidas em zonas sobressaturadas, construções que não fazem senão agravar o problema dos «claudis». Será necessário também ter em conta as diversas operações que, sem serem da construção, contribuem para resolver o problema do alojamento, por exemplo: as compras importantes de terrenos ou as viabilidades realizadas podem ser convertidas em alojamento sobre a base dum coeficiente correspondente ao seu respectivo valor, afim de ter sempre uma mesma unidade de comparação. Desta forma, tendo tudo reduzido aos mesmos factores é possível ter uma ideia sobre a proporção realizada do programa de conjunto.

É esta constância no ajustamento anual dos programas que, sem nos iludir sobre as realizações, nos permitirá atingir o objectivo fixado.

Paris, 15 - Setembro - 1953.



EXPOSIÇÃO DE ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

INTEGRADA NAS ACTIVIDADES DO III CONGRESSO DA U. I. A., REALIZOU-SE NA S. N. B. A. UMA EXPOSIÇÃO DE ARQUITECTURA BRASILEIRA DA QUAL REPRODUZIMOS ALGUNS DOCUMENTOS FOTOGRÁFICOS, EXTRACTOS DAS INTRODUÇÕES AO CATÁLOGO E UMA CONFERÊNCIA PROFERIDA PELO PROFESSOR WLADIMIR ALVES DE SOUSA QUE POR VÁRIAS CAPITALS DA EUROPA TEM ACOMPANHADO ESTA EXPOSIÇÃO

Wladimir Alves de Sousa diplomou-se em 1930 pela Escola Nacional de Belas Artes, curso de Arquitectura. Obteve nesse ano a grande medalha de ouro.

1931. Prémio Cominhos, de viagem à Europa, por concurso.

1936. 1.º classificado em colaboração com o arquitecto Eudis Silva no concurso de projectos para o Ministério da Fazenda, de carácter moderno, projecto rejeitado e substituído por um outro neo-clássico tendo como embasamento um pterico copiado do Partenon.

1938. Obtém por concurso a cátedra de Teoria e Filosofia da Arquitectura da Escola de Belas Artes.

1949. Troux a Portugal a 1.ª Exposição de Arquitectura Brasileira, acompanhada de um grupo de estudantes.

1952. Realizou na Sorbonne três conferências sobre a arte brasileira. É incumbido pela Rectoria da Universidade da Bahia de realizar os estudos para a cidade universitária. Tem no momento, em curso de execução, os novos edifícios das Faculdades de Ciências Económicas, Odontologia e Farmácia, e a nova sede do Banco Lar Brasileiro.

Conferência e obras publicadas:

- 1) — *Três faces do Barroco.*
- 2) — *Novos rumos da arquitectura contemporânea.*
- 3) — *Mensagem de Goya.*
- 4) — *O espírito barroco na escultura brasileira do século XVIII.*
- 5) — *O espaço barroco.*
- 6) — *O atmejo no Brasil.*

Entre as manifestações mais notáveis do seu progresso material e do seu nível artístico, o Brasil se orgulha de possuir uma arquitectura compatível com as necessidades do presente e as suas condições peculiares de clima, solo e exigências sociais. Arte das mais difíceis, visto que se aplica na resolução de problemas de ordem social e técnica, a arquitectura possui, — mercê da sua duração e permanência, da sua presença integrada na fisionomia e no carácter das cidades —, um sentido cultural na vida dos povos, que o tempo costuma consagrar pela admiração ou repudiar pelo desprezo. (*Gil Mendes Moraes, Encarregado de Negócios do Brasil*).

Realiza-se agora esta exposição de Arquitectura Brasileira Contemporânea, que vem preencher a enorme lacuna verificada na Exposição Internacional daquele congresso, pela ausência de qualquer representação de países do continente americano. Na verdade, e sem se compreender porquê, nenhuma nação de além Atlântico — mesmo das que enviam delegações numerosas — exhibiu reproduções das suas obras de Arquitectura, com grande mágoa dos organizadores do certame que desejaríamos ter tomado contacto, pelo menos de «visu», com as mais recentes realizações do mundo inteiro, para melhor elucidação do público em geral e de nós todos profissionais que ansiamos pelo confronto e choque das ideias na procura de um caminho melhor. (*De I. Peres Fernandes, presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos*).

CONFERÊNCIA

Seria impossível apreciar as expressões da arquitectura brasileira, no passado e no presente, sem compreender os factores mesológicos e sociais que condicionam a sua formação.

A diversidade dos climas, da topografia e da formação geológica das regiões levou, desde cedo, os construtores a soluções em que as injunções económicas entram com forte participação.

Parece entretanto curioso, à primeira vista, a ausência quase total da construção em madeira, num país amplamente florestado, e rico em essências excelentes para a construção.

Isto se explica, talvez, pela circunstância de que os portugueses são, tradicionalmente, mestres da obra em pedra.

A pedra foi, pois, o material de construção preferido para a execução da obra durável. Igrejas, conventos, casas de câmara se erigiram, executadas em pedra, lavrada ou não, com os pormenores executados no material durável, com o desejo de perpetuação própria a épocas que tinham de si próprias uma ideia de duração e perenidade.

Satisfazer a necessidade de carácter social, foi a preocupação do tempo — tão certo ser a arquitectura arte expressiva de uma sociedade. Os programas religiosos — da maior importância — os programas administrativos, dominam nessa época o programa doméstico. A habilitação, realizada em taipa — argila sobre estrutura leve de madeira — exprime bem a coisa apressada, a instabilidade do pesquisador de ouro ou do colonizador de passagem.

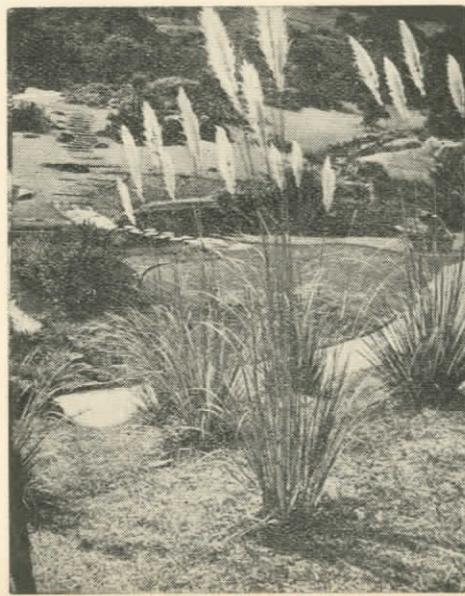
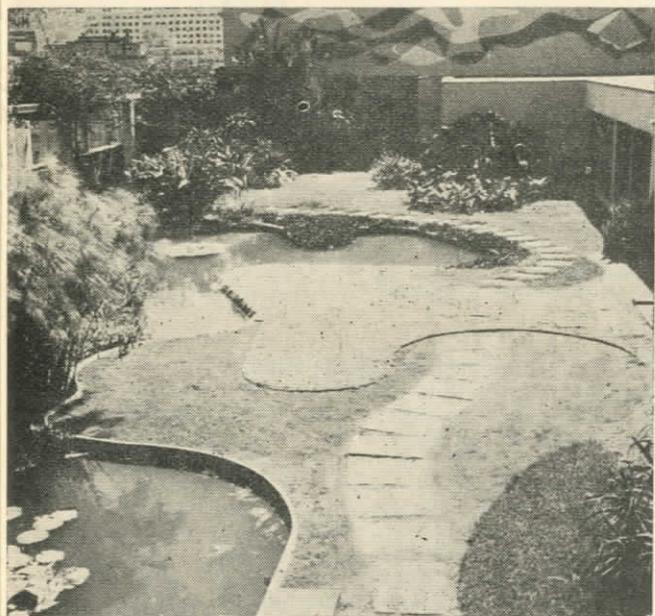
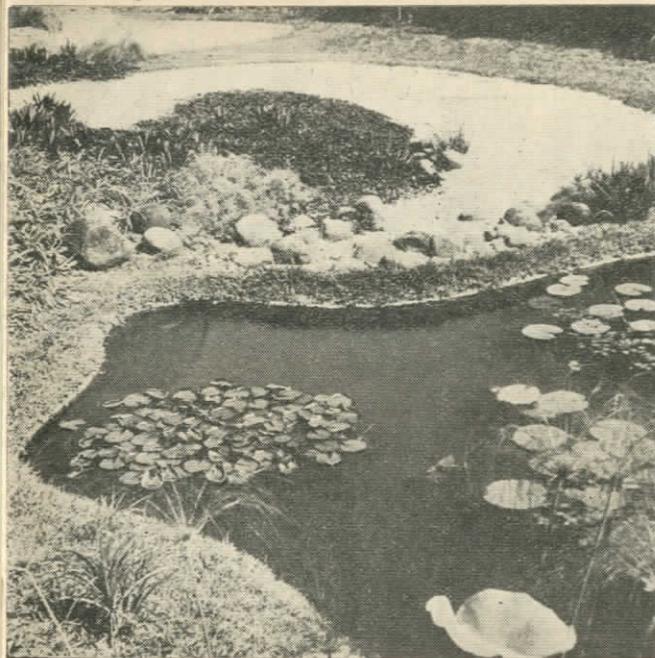
Da inquietação dessas gerações saíram, porém, obras que resultam de particular encanto, mercê da sua adaptação a certos princípios tradicionais. Soluções construtivas de beiral, de esquadrias, de encontro de molduras, não seriam possíveis sem um «back-ground» de experiência técnica.

Essa experiência chegara ao Brasil de Portugal. Por seus mestres de obra e risco, pela ciência dos pormenores, os portugueses não poderiam deixar de influir, decisivamente, na obra que deixaram no Brasil. Obra portuguesa colonial — essa é a arquitectura brasileira até ao fim do século XVIII. Porém, com incontestáveis influências locais, não só quanto ao material, como também quanto à mão de obra.

A diversidade de métodos de construção observada no Brasil, decorre da distância imensa dos diferentes sítios. A construção do Sul, por exemplo, no território das missões, nas reduções dos jesuítas, — difere essencialmente da obra lírica de Ouro Preto ou São João d'El Rei, bem como da obra de taipa de Diamantina ou de Nordeste.

A arquitectura da colónia permanece, consequentemente, como a expressão mesológica mais autêntica das primitivas gerações, como o acordo entre geografia e arquitectura, topografia, recursos do solo e construção.

É de singular importância a contribuição autoctone, que no Perú e no México, na arte brasileira, o índio, o negro e o mestiço imprimiram o seu modo de sentir na execução de formas que — embora importadas — foram por



eles compreendidas com maior liberdade, doçura e sentido plástico.

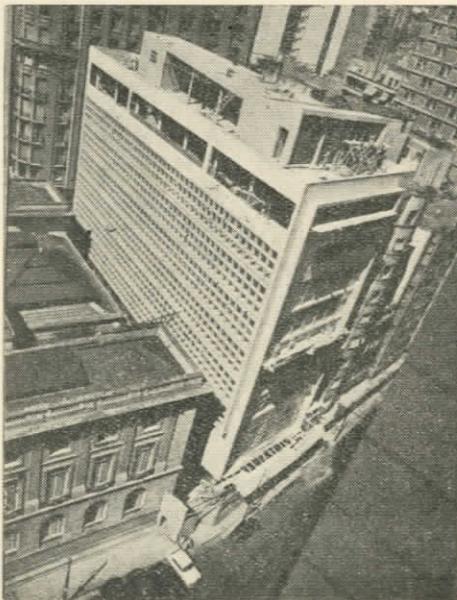
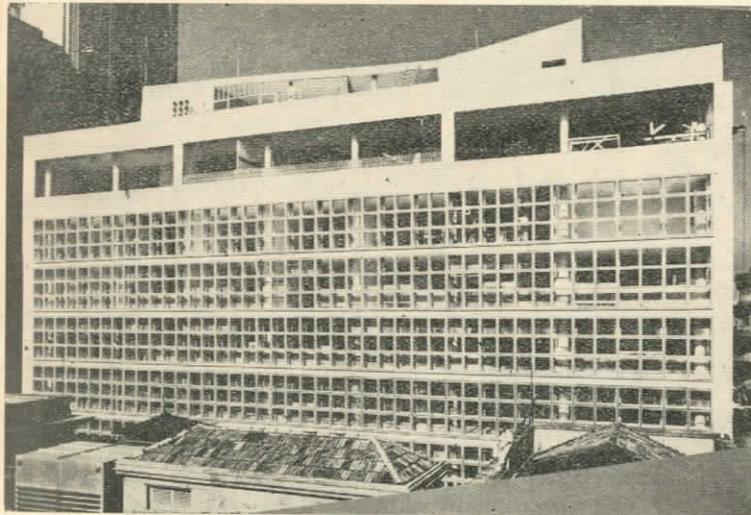
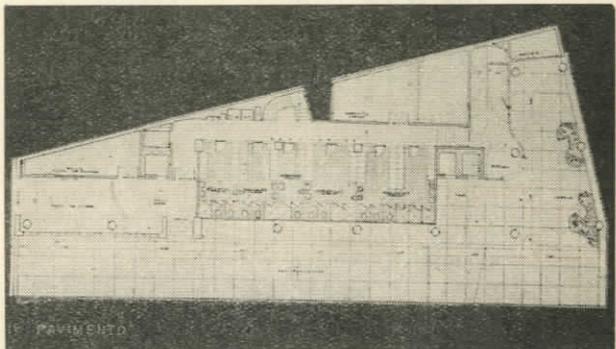
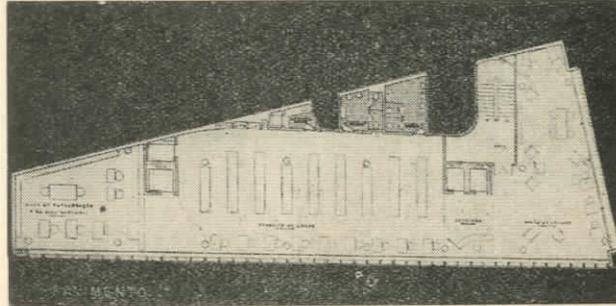
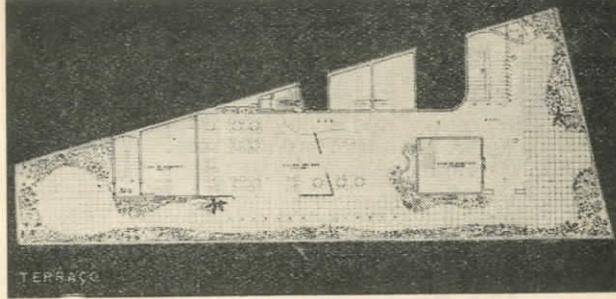
Um facto extremamente curioso é a observação temente, as soluções tradicionais influenciaram, nos arquitectos contemporâneos, o catálogo de formas de que se serviram na execução de outros programas.

ORIGEM E EVOLUÇÃO

Há pouco mais de 20 anos um jovem arquitecto era chamado a dirigir a Escola Nacional de Belas Artes, da então Universidade do Rio de Janeiro. Tratava-se de um artista, cujos dons de admirável desenhador e experto em arte do Brasil de outrora eram, de todos nós, conhecidos.

Deve-se a Lúcio Costa, a quem me refiro, a introdução de um alento vivificante no curso de arquitectura da nossa Escola, cujos frutos cedo se manifestaram.

Dessa data em diante haviam de surgir, aqui e ali, tímidos ensaios de uma arquitectura nova, em que se sentia ainda a imitação do que se criara desde os primeiros anos do século, na Europa. A obra do Bauhaus, e principalmente as ideias de Le Corbusier, começaram a ser divulgadas pouco após, e um desejo de tornar a mora-



dia mais compatível com a vida contemporânea, de dar corpo a aspirações sociais imperiosas, bem como o desejo de conferir à expressão plástica dessa vida e dessas aspirações um carácter material peculiar ao nosso tempo, levaram os jovens arquitectos a se lançar, com entusiasmo, numa obra que participava tanto do trabalho de apostolado, como da tarefa de uma expedição a mundos desconhecidos.

Vale dizer que muitas tentativas malograram. Sejam sinceros, ao considerar os primeiros ensaios como obras ainda incertas e hesitantes.

Dever-se-ia encontrar, cedo, porém, o caminho de uma expressão autêntica. Os problemas sugeridos pelo clima, a presença de Le Corbusier entre nós — em pessoa e através das suas ideias — o próprio lirismo dos arquitectos, que vai haurir, nas fontes originais da arquitectura dos nossos antepassados, e na configuração da nossa paisagem, os motivos de base para sua formação espiritual, tudo isso levaria, em breves anos, ao florescimento de uma arquitectura cujo mérito menor é, certamente, a originalidade. Arquitectura eminentemente original, sem dúvida, adaptada a condições locais, materiais, humanas e espirituais peculiares ao nosso país. É a realização, não de um regionalismo de opereta e cartão postal, porém de alguma coisa que me parece duradoura, desde que suas raízes descem fundas na terra, um pouco como daquela árvore da caatinga brasileira, o cajuí, de

que fala Euclides da Cunha nos «SERTÕES», — «progredindo pela terra dentro até a um caule único e vigoroso, em baixo».

O futuro dirá até que ponto essas obras permanecerão belas. Nem todas foram executadas visando a eternidade; grande parte pretende apenas servir a um programa actual, e são, por essência, utilitárias, como produtos de uma sociedade e de um tempo, em que o consumo rápido, e cada vez mais exigente, reclama soluções de urgência.

É, aliás, um traço característico geral do mundo

em que vivemos, a transformação incessante de programas e padrões estéticos. Nessa pluralidade, evidentemente, grande número de obras se consomem, nas substituições rápidas de conceitos, na tremenda voragem das sucessivas modas. O pensamento moderno segue uma curva rápida e ascendente, sem se deter nos ídolos incendiados de ontem. Resultará, contudo, de nossa época, um considerável acervo de obras literárias, musicais e plásticas. Apenas pelo recuo do tempo, se poderá julgar do grau de eficiência dessas obras, mas estou certo de que, dentre elas, no mundo, algumas da arquitectura brasileira permanecerão.

CARACTERÍSTICAS PLÁSTICAS DA ARQUITECTURA BRASILEIRA

Aos architectos do Brasil têm sido propostos os problemas característicos de hoje: a habitação, os edificios de comunicações, os edificios destinados às reuniões de grandes massas, os edificios da educação, da cultura, da saúde, do culto, do trabalho, enfim, de todas as actividades humanas. Eles têm enfrentado esses problemas corajosamente, com o propósito deliberado de fazer obra útil, económica, durável e também bela.

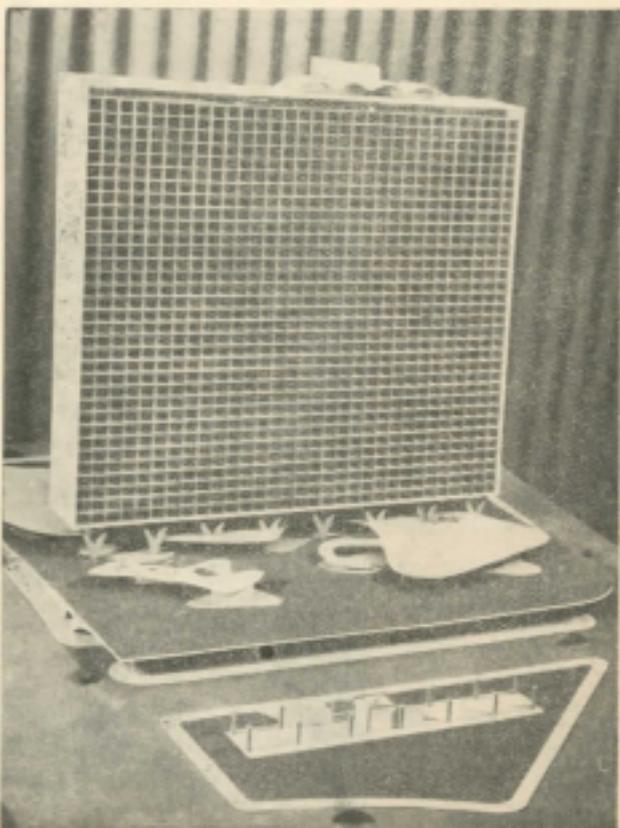
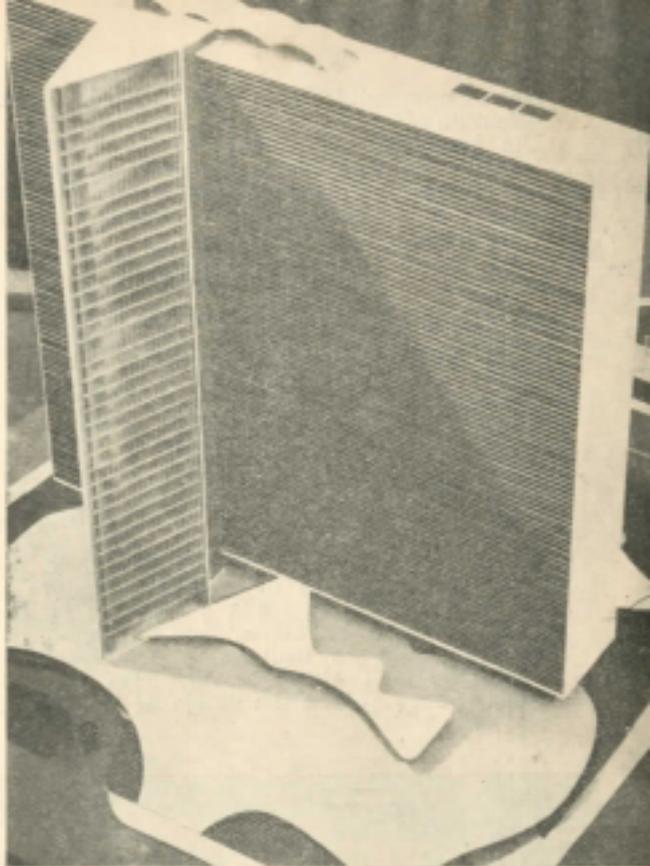
A ruptura com os padrões de uma pseudo-tradição, já se consumou entre nós, talvez por não pesar, tanto como nos países de cultura milenar, a contribuição de um passado prestigioso, talvez, também, por uma juventude de contágio irresistível. Esse impulso jovem encontra, em nosso meio, uma ressonância ampla, tanto dos órgãos oficiais como do público em geral. Edificios para o trabalho e o lazer, moradias claras banhadas de luz, limpidas como concepção, puras de forma, tendendo à leveza e à transparência, eis alguns dos caracteres típicos das construções brasileiras.

Todas as audácias são permitidas. As formas se desenvolvem livremente no espaço, as obras de um Oscar Niemeyer, por exemplo, representam uma linguagem realmente nova, uma riqueza inventiva extraordinária. Contudo, não tentaremos ocultar licenças, que tendem a um novo formalismo. Por vezes, obra humana com é, a arquitectura padece das fraquezas da criatura e não devemos considerar em excesso o pormenor, sob pena de perder a visão de conjunto.

Por outro lado, as oportunidades que se oferecem ao pintor, ao escultor e ao paisagista são inúmeras. O gosto pelos painéis decorativos, em mosaico ou azulejos, é característico, e os jardins, mercê das espécies vivazes e das essências tropicais — que encontram clima e terreno propícios — realizam uma fórmula verdadeiramente nova.

A ARQUITECTURA E O URBANISMO NO BRASIL

O esforço apreciável dos architectos não tem sido, infelizmente, acompanhado por uma reforma urbana correspondente. Cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, têm sido irremediavelmente



comprometidas pela ganância excessiva da expedições imperfeitas de utilização de áreas excessivamente valorizadas.

A recuperação de terrenos pela demolição de morros, como por exemplo, o morro de Santo António, no centro urbano, lograria criar grandes conjuntos de belos edifícios e áreas ajardinadas, mas até agora isso tem sido protelado por motivos financeiros.

Para o morro de Santo António, aliás, o architecto e urbanista Affonso Reidy realizou um plano cuja concretização, mais cedo ou mais tarde, dará ao Rio de Janeiro um bairro de magníficas proporções.

As soluções da architectura, cada vez mais sujeitas às leis do urbanismo, se tornam pois, cruciais em certos casos, pela necessidade de impor, a terrenos inadequados, construções, por vezes de elevado custo e programa complexo.

Deve-se considerar também um terrível problema a resolver nas grandes cidades brasileiras: o da circulação. Como na Europa, talvez mesmo peor, nossos centros urbanos não foram previstos para o intenso tráfego contemporâneo. Assim é que centenas de milhares de veículos determinam, na via pública, terríveis congestionamentos, agravados ainda, como no Rio de Janeiro, pela vastidão das distâncias.

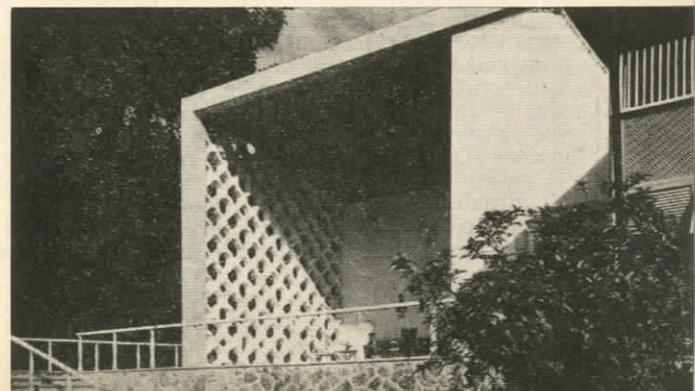
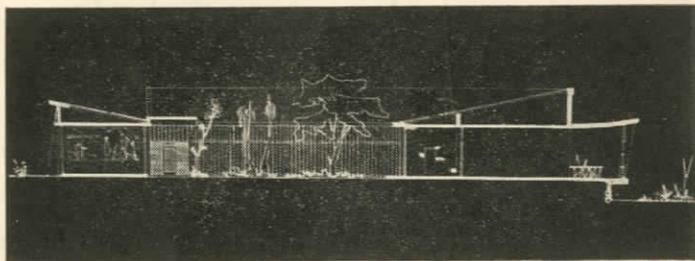
A cidade de São Paulo em compensação, teve seu traçado muito modernizado, principalmente no centro urbano, durante estes últimos anos. Deve-se isso ao ilustre urbanista Prestes Maia, cujo projecto, em grande parte realizado, tem demonstrado uma alta eficiência.

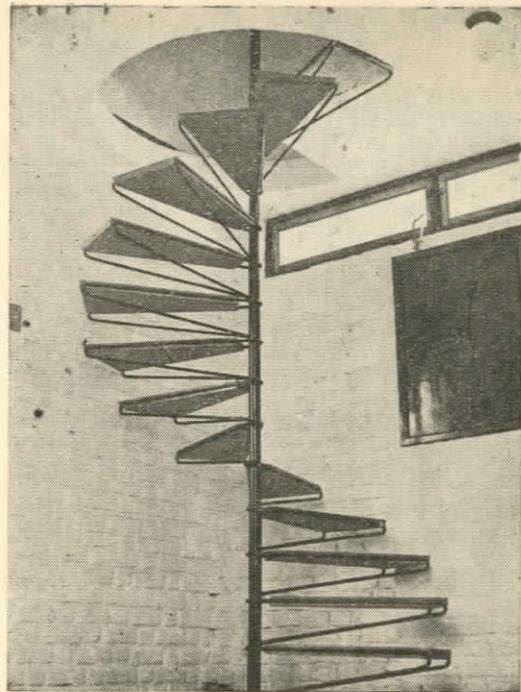
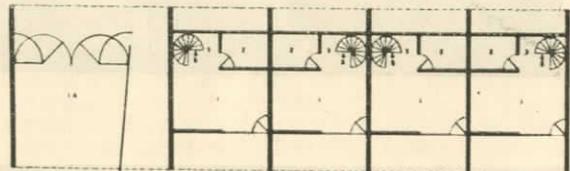
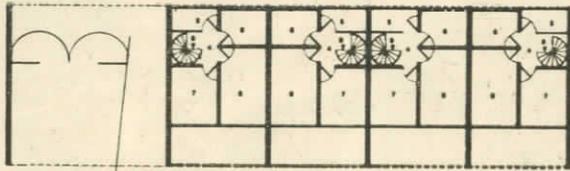
FUTURO DA ARQUITECTURA BRASILEIRA

Não podemos prever até onde chegarão os architectos do nosso país. Pelo afinamento incessante das condições técnicas, pelo emprego de materiais locais, e ao mesmo tempo pelo equipamento do seu parque industrial — em fase acelerada de desenvolvimento — o Brasil oferece hoje vastas possibilidades à architectura contemporânea.

Por outro lado, o ensino dessa arte é essencialmente liberal e procura estimular as criações próprias. Sem prejuízo de uma forte preparação, que ponha os alunos ao corrente das técnicas actuais, especialmente do concreto armado, o ensino superior não perdeu o carácter humanístico, abrangendo, na medida do possível, os mais importantes sectores culturais da profissão. Terminado o curso, os alunos recebem o diploma, entrando via de regra, directamente na vida profissional. O estágio post-graduação, tão em uso em outros países, e que seria de extrema utilidade entre nós, não é, geralmente, praticado. Há uma certa compensação dessa falha, no facto que, desde o segundo ano do curso, os alunos se exercitam nos «ateliers» de architectos experimentados, realizando assim uma espécie de treinamento paralelo ao curso normal.

Longe de mim, o intuito de proclamar a perfeita excelência e superioridade dos nossos architectos. Não se pode contestar, entretanto, que, num espaço de pouco mais de quatro lustros, um grupo de jovens conseguiu realizar, materialmente, uma obra considerável. Isto foi possível graças a um conjunto de circunstâncias particularmente felizes, que permitiram fossem executados projectos vasados dentro de padrões novos, compatíveis com a vida de nossos dias. É justamente a obra «feita» que nos autoriza a prever a continuação de nume-





Apartamentos para empregados e Pórtico-Petrópolis

rosos e importantes projectos em curso de execução.

Em 1954, a cidade de São Paulo comemorará o seu quarto centenário. Uma exposição internacional está em pleno ritmo de realização, congregando manifestações sociais e culturais do mundo inteiro. Para este fim estão sendo activamente construídos edifícios de exposição, auditórios, monumentos, etc. Será mais uma ocasião de por à prova a capacidade dos architectos brasileiros, e de avaliar do seu poder de criação plástica.

O PAPEL DA CULTURA EUROPEIA

O Brasil não se apresenta, com a exposição que ora acompanha à Europa, com um falso sentimento de vaidade. Ele vem, isto sim, mostrar os frutos que pode determinar, do outro lado do Atlântico, a irradiação da cultura europeia. O nosso país conserva intacta a sua confiança no ressurgimento do velho mundo. Velho, e não decrépito. Velho, no sentido ático de uma verdadeira madureza, de um esplendor de pensamento que nos esforçamos por conservar.

Reflexo, como somos, da cultura do Ocidente, consideramo-nos como um novo ramo dessa árvore imensa e venerável — ramo talvez cheio de seiva e rompendo em floração rutilante — porém incorporado, pelas suas próprias condições espirituais e vitais às energias profundas do pensamento e da beleza.

A architectura permanece assim, mais uma vez, na história da humanidade, como o testemunho material de uma civilização, como o livro de pedra, — hoje escrito em concreto e vidro —, em que se inscrevem as instituições de um povo, sua vida espiritual e material, sua concepção do mundo e seus ideais.

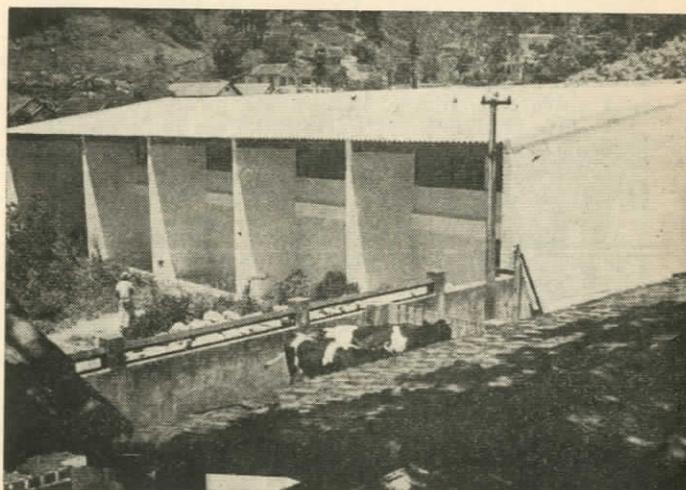
É assim que apresento as obras dos architectos do Brasil. Elas valem pelo testemunho da vida de uma nação, numa fase capital da sua existência. Elas representam, também, a expressão de uma

colectividade, a mensagem plástica de uma geração.

Nos diferentes países que esta exposição visitou, e ainda virá a visitar, certo estou de que, em nenhum como Portugal, terá tido, ou terá, tão carinhoso, inteligente e sensível acolhimento. Ela significa para os notáveis architectos desta nobre terra mais um alento na luta quotidiana pela perfeição.

E é, também, do nosso ponto de vista brasileiro, a obra do filho que se apresenta diante do pai. Portugal legou-nos uma herança e uma unidade. Temos procurado utilizá-la. Legou-nos grandes qualidades. Temos-las posto a trabalhar. Legou-nos também defeitos. Oh! como amamos esses defeitos! Como os cultivamos, esses defeitos próprios de um grande coração!

E podemos, agora, dizer, ao país que nos olha através do Atlântico imenso: «Pai, não envergonhamos a vossa tradição».



PAVILHÃO EM RALEIGH

(Continuação da página 7)

dos em betão. Os esforços produzidos pela cobertura e conduzidos pelos arcos até abaixo do nível do solo, são absorvidos por um sistema que liga as nascenças dos arcos do mesmo lado, constituído por 10 cabos de aço com $1'' \frac{5}{16}$ preesforçados, podendo resistir cada um a uma tensão máxima de 25 toneladas.

Junto às interseções os arcos, são interrompidos por articulações de ferro fundido e juntas de cortiça o que permite a necessária flexibilidade diminuindo os efeitos devidos a variações de temperatura.

A cobertura é de chapa metálica dobrada sobre a qual assenta uma camada isolante com $1'' \frac{1}{2}$ e o revestimento hidrofugo. Este conjunto com

cerca 0,10 de espessura apoia-se num sistema de cabos cruzados em planos perpendiculares formando uma malha de 1,80 metros de lado.

Os cabos principais suportam além da carga da cobertura o esforço vertical que lhes é imposto pelos cabos cruzados que passam inferiormente e fixam a sua posição no espaço.

Porém, este sistema de fixação no espaço, de cada ponto de cruzamento de dois cabos, só é eficiente nas regiões em que é importante a dupla curvatura da superfície, isto é, na zona central. Nas regiões em que a dupla curvatura não é sensível e onde se tornava perigoso o ondeamento provocado por acidentais diferenças de pressão, foi necessário recorrer a um novo conjunto de cabos que partindo de pontos situados nestas zonas se vem fixar nos pilares da periferia que suportam os arcos parabólicos.

BLOCOS DE HABITAÇÃO

(Continuação da página 5)

e ambos cegos. Parece-nos que teria sido preferível aproveitar o topo sul pois estamos convencidos de que a orientação do quadrante sul, no nosso clima, é em grande parte dos casos de aconselhar e de encarar.

Uma das características deste conjunto reside na sua unidade arquitectónica que, embora obtida através de uma igualdade e repetição de elementos, não deixa contudo de se poder citar como um exemplo de interesse.

A par desta unidade, o aspecto geral do núcleo apresenta uma certa pobreza nos materiais empregados e mostra pouco interesse pelo tratamento e estudo de alguns elementos arquitectónicos da composição. Pode apontar-se, por exemplo, o motivo escolhido para as grelhagens, a solução dada às guardas das varandas, alguns revestimentos exteriores do piso térreo, etc..

Na realidade temos ao nosso alcance todos os dados de uma rica tradição arquitectónica que pode e deve orientar os nossos estudos na procura de uma arquitectura com características verdadeiramente portuguesas.

Acreditamos que não será correcto fazer tábua rasa ou sequer esquecer a contribuição que nos legaram as gerações passadas.

Em todos os prédios utilizou-se como elemento resistente uma estrutura de betão armado, cons-

tituída por pilares, vigas e lages maciças. A cobertura é também em lage protegida com fibrocimento ondulado, e tem o algeroz em posição central.

Este sistema encerra os seus inconvenientes, um dos quais se refere ao problema das vibrações e transmissões de ruídos através de toda a estrutura.

Convém notar, porém, que este problema já se encontra posto desde as primeiras obras realizadas com estrutura de betão armado e até naquelas que foram executadas com estrutura mista. Mas, na medida em que ele se não encara com a intenção de o resolver, estamos efectivamente a menosprezar a sua verdadeira importância.

Esta outra experiência que a Câmara está levando a efeito, indica-nos também que há necessidade de tirarmos dele alguns ensinamentos.

Pode, por exemplo, verificar-se que na construção da maioria — senão na totalidade — dos lotes, acumulam-se as dificuldades para levar a cabo a obra tal como tinha sido projectada e aprovada, e que muitos dos pormenores e indicações fornecidas pelos arquitectos não só não foram realizadas como até desvirtuadas. Este facto traduziu-se por uma falta de ligação bastante nítida, entre a obra projectada e a obra realizada.

Seria pois da maior vantagem que a colaboração entre os Serviços Técnicos da Câmara e os arquitectos autores fosse melhorada e tornada ainda mais eficaz, a fim de se evitarem estes inconvenientes. E com isto só a Câmara e os munícipes terão a lucrar.

Realiza-se na Dinamarca, no próximo ano de 1955, o III Encontro Internacional de Arquitectos em data ainda a fixar.

Os dois anteriores tiveram lugar em Varsóvia. O primeiro efectuou-se em Junho de 1952, e reuniu 48 arquitectos de 22 países, que visitaram as novas realizações da Polónia e, em particular, a reconstrução da sua capital.

O segundo reuniu-se nos últimos dias de Junho do ano corrente e nele participou um número muito superior de arquitectos, estudantes, funcionários de serviços públicos, representantes de cooperativas de construção, etc. O tema de discussão — «A CIDADE DO APÓS-GUERRA» com as seguintes subdivisões: a) Reconstrução das cidades sinistradas; b) Transformação das cidades existentes; c) Construção das cidades novas — foi escolhido em função do lugar do encontro e da possibilidade dos participantes estudarem exemplos concretos no próprio local.

Em qualquer dos «Encontros» destacou-se a conclusão de que os arquitectos, como construtores e criadores de valores artísticos, estão profundamente ligados às obras que realizam para bem dos seus contemporâneos e sente a necessidade de as preservar da destruição, o que só estará ao seu alcance num clima de paz entre os povos.

U. I. A. — Na reunião de Atenas, (Maio de 1954), foi resolvido submeter à apreciação do congresso de Haia (Holanda) — Julho de 1955 — o seguinte tema: «Posição Social do Arquitecto». Serão abordados os vários casos resultantes do exercício da profissão em três dos seus aspectos: no exercício liberal da profissão; no funcionalismo público; no campo da construção, (arquitectos que constroem as obras que projectam).

Conjuntamente pretende-se discutir e aprovar um código de Ética Profissional, que tenha como base os princípios expressos no Estatuto do Arquitecto.

O concurso de ante-projectos para a construção da Piscina do Tamariz, no Estoril, promovido pela Sociedade Estoril Plage com a colaboração do Sindicato Nacional dos Arquitectos, terminou com as seguintes classificações:

1.º prémio — arquitectos Manuel Tainha e António Freitas (estudante), 2.º prémio — arquitecto João Andersen, 3.º prémio — arquitectos João Esteves, João Malato e José Hilário.

Foram atribuídas menções honrosas ao arquitecto Carlos Neves e à equipa dos arquitectos Croft de Moura, Henrique Albino e Vasco Croft de Moura (estudante).

Nas bases deste concurso, elaboradas pelo S. N. A., — embora se notasse o regime de «anonimato» e a falta de «um limite orçamental» — aparece pela primeira vez um elemento apreciável e do maior interesse para os concorrentes: a atribuição de prémios de compensação de despesas, a todos os trabalhos que estivessem dentro das bases estipuladas.

O elevado número de trabalhos apresentados (25) aparece-nos como possível consequência de: bases correctas e claras, prémios de compensação de despesas e simplicidade relativa do tema.

A revista «Arquitectura» pensa dedicar a este concurso um dos seus próximos números, publicando não só os ante-projectos premiados e ainda algumas notas críticas.

CONCURSOS PÚBLICOS — Têm sido abertos, ultimamente, vários concursos públicos para projectos de arquitectura e execução de obras de escultura e pintura.

Parece-nos que este salutar processo de promover o desenvolvimento das artes e o aparecimento de valores novos está sendo desvirtuado, pois, normalmente, enfermam de erros e vícios que não desacreditam a sistema mas sim quem o deturpa.

Programas mal elaborados; condições ambíguas ou degradantes; Juris mal constituídos; prémios mal distribuídos; exigências descabidas; anulações sofismadas... são as características correntes dos correntes concursos.

Há que esclarecer, corrigir e regulamentar, regulamentar principalmente, as normas dos concursos públicos, fazendo interferir nos seus regulamentos organismos tais como o Sindicato Nacional dos Arquitectos ou a Sociedade Nacional de Belas Artes.

II CONCURSO INTERNACIONAL PARA ESCOLAS DE ARQUITECTURA — Integrada na III Bienal de Arte Moderna de São Paulo, realiza-se, simultaneamente, a Exposição Internacional de Arquitectura (E. I. A.), que, desta vez, será reservada, exclusivamente, ao II Concurso Internacional para Escolas de Arquitectura. Poderão participar da III E. I. A. da Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo, isto é, do Concurso Internacional, as Escolas de Arquitectura de todos os países.

As escolas deverão apresentar um projecto sobre um único tema, que será desenvolvido pelos alunos, individualmente ou em equipa; o tema será proposto em linhas gerais, devendo ser desenvolvido de acordo com as tendências e condições regionais de cada país e a orientação adoptada pela escola; a selecção do projecto apresentado pela escola ao Concurso, deverá ser feita por voto comum dos estudantes e dos professores.

O tema que os estudantes desenvolverão a fim de participarem do Concurso, é o seguinte: Um centro de férias destinado a acomodar 3.000 hóspedes por vez.

Foram instituídos para a III E. I. A. — II Concurso Internacional para E. A., os seguintes prémios em dinheiro ao autor ou autores do trabalho: um prémio de 100.000 Cr.; três prémios de 30.000 Cr.; e um prémio de 10.000 Cr.

Aos vencedores e à Escola à qual pertencem, será também entregue um diploma.

The New Architecture in Great Britain — 1946-1953 — Edward D. Mills, The Standart Catalogue Co., Ltd. — London — autor, arquitecto, apresenta neste album de grande formato e muito documentado com desenhos de plantas, pormenores e fotografias de interiores e fachadas, um estudo abreviado dos antecedentes imediatos até 1945, e uma série de construções importantes até àquela data, passando depois à exposição e crítica de 15 espécimes, em que entram considerações de ordem técnica, económica e estética. A parte figurativa tem mais importância do que a redacção, e isto foi conseguido propositadamente para que a impressão que se colhe ao observar as imagens fosse por si o mais completa possível; sendo a parte escrita apenas o complemento do que se mostra. O livro torna-se por este meio um guia para o público, podendo contribuir para aperfeiçoar ou fazer despertar o gosto do cliente, e facilitando assim as suas relações com o arquitecto durante a elaboração do projecto. Mas é também um livro para arquitectos, e dos mais sérios. Basta folheá-lo e ver o cuidado com que apresentam os conjuntos e os pormenores, para disso nos convenceremos.

The Basilica of St. Peter — Paul Letaronilly — Ed. Alec Tiranti, Ltd. — Esta obra coloca-se na tradição das de Vitruvius, Vignola e doutros tratadistas de arquitectura; como nelas o texto explicativo reduz-se a poucas páginas consistindo o livro essencialmente em numerosa gravuras que reproduzem desenhos antigos e modernos, sobre os locais onde viria e erguer-se a basílica, sobre os edifícios que aí estiveram antes dela, como um circo romano, a antiga basílica constantiniana de S. Pedro, os projectos e pormenores para a reconstrução da basílica, respectivamente por Bramante, pelos Sangallo, por Peruzzi, por Rafael e por Miguel-Ángelo. Letaronilly compilou metódicamente mais de 100 desenhos, entre os quais se incluem alguns que traduzem a sua maneira de interpretar um ou outro detalhe sujeito ainda a discussão. Os desenhos das edificações romanas e medievais, realizadas com perfeição e conhecimento das fontes históricas, constituem preciosos documentos para o arqueólogo, ao passo que os dos projectos dos grandes arquitectos renascentistas, e dos pormenores correspondentes, interessam também ao arquitecto e ao esteticista. É realmente um album da maior utilidade para os estudiosos da Antiguidade e do Renascimento.

The New Small House — T. R. S. Yorke e Penelope Whiting. The Architectural Press, London. — Este pequeno manual vem dar a sua contribuição ao momentoso e inesgotável problema da habitação. Não há uma página que não seja esclarecida com desenhos e gravuras, mesmo na curta introdução. Quanto à parte propriamente ilustrada, compreende 127 páginas com fotografias de conjuntos, interiores, pormenores, plantas, cortes, sempre comentados, e algumas apresentam-se mesmo pequenos conjuntos urbanísticos na tradição inglesa da cidade-jardim. Com exclusão do academismo, arqueológico, todas as tendências estão representadas, sendo no entanto as soluções funcionais progressivas bastante numerosas, o que basta para justificar o interesse dos arquitectos e dos que desejem ter uma casa que responda cabalmente às necessidades da vida de hoje.

Architect's Year Book. 5 — Elek Books, Ltd. London — Este é o quinto número editado por Trevor Dannatt. Como no número anterior, procura compilar as mais salientes contribuições para a arquitectura realizadas no decurso do ano. Assim é que figuram neste número a urbanização de Chandigarh, a nova capital do Pendjab criada por Le Corbusier, artigos respeitantes a Walter Gropius e Lloyd Wright, estudos sobre arquitectura actual na Alemanha, na Itália, na Holanda e nos Estados Unidos, estudos de carácter exclusivamente técnico (a iluminação artificial, sobre o betão pretendido, modernas janelas de madeira) e ensaios de estética (sistemas de proporções, espaço e pintura em arquitectura). As palavras justas e elogiosas que deixamos ao número anterior continuam a aplicar-se merecidamente a este.

Continuamos a receber com regularidade as revistas «Architectural Association Journal», «Sinkentiku», «Kenchiku Bunka», «Edilizia Moderna», «L'Architecture d'aujourd'hui», e «Acropole». O número 48 (VII/1953) de «L'Architecture d'aujourd'hui», é o segundo a tratar da edificação na Itália. Compreende a estação de Roma; edifícios comerciais; museus; institutos de educação; hotéis; colónias de férias; laboratórios; centros administrativos; salas de espectáculos, um imóvel de habitação em Roma; um artigo do engenheiro e inventor Luigi Nervi sobre «A Arquitectura do betão armado e o problema das cofragens»; uma reportagem sobre a Feira de Milão; dois sugestivos monumentos comemorativos, um erguido no local onde os nazis massacraram em 1944 oitenta reféns italianos, outro dedicado aos deportados que sucumbiram nos campos de concentração alemães; mostra ainda alguns ensaios de integração de decorações abstractas na arquitectura de fachadas de imóveis, e fotografias referentes ao desenho industrial italiano onde há exemplos da mais pura beleza e eficiência. A documentação sobre arquitectura é acompanhada por numerosas vistas de alçados, planos e cortes. Gostariamos porém de ver mais alguns pormenores do que os apresentados, pois em muitos dos exemplos expostos nada aparece quanto ao detalhe.